

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

Trabalho Final de Mestrado
DISSERTAÇÃO

OPINIÃO PÚBLICA E DECISORES POLÍTICOS – IMPACTO NO
ORÇAMENTO DE DEFESA

CATARINA SOARES DO VALE

OUTUBRO - 2019

MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

Trabalho Final de Mestrado DISSERTAÇÃO

**OPINIÃO PÚBLICA E DECISORES POLÍTICOS – IMPACTO NO
ORÇAMENTO DE DEFESA**

CATARINA SOARES DO VALE

ORIENTAÇÃO:

**PROFESSOR DOUTOR ALCINO TIAGO CRUZ GONÇALVES
MAJOR-GENERAL GUILHERME DOS SANTOS LOBÃO**

OUTUBRO – 2019

RESUMO

A Opinião Pública é um tema com bastante relevância no mundo político, devido ao seu peso na tomada de algumas decisões governamentais. Assim, tendo presente a sua importância e sendo os programas eleitorais sufragados pelos cidadãos, os Decisores Políticos tentam conduzir as suas ações de forma a satisfazer a Opinião Pública.

Uma das ações dos Decisores Políticos que apresenta uma maior proximidade com a Opinião Pública é a elaboração do Orçamento de Estado. Desta forma, fatores como a composição da Opinião Pública e a forma como determinadas ações dos Decisores Políticos são transmitidas pela Comunicação Social, podem influenciar a importância dada, pela Opinião Pública, aos diferentes programas do Orçamento de Estado. As principais conclusões apuradas, através de um Inquérito por Questionário realizado à Opinião Pública e de uma Entrevista Exploratória realizada a oito Decisores Políticos, levam-nos a admitir que, apesar do programa da Defesa ser o menos valorizado, as missões de interesse público, desempenhadas pelas Forças Armadas, geram um maior interesse e, consequentemente, uma opinião positiva sobre a sua existência. Contrariamente, tanto a estratégia das Forças Armadas, como o Orçamento de Defesa, têm menos preponderância. Desta forma, torna-se fundamental perceber como é que a Opinião Pública e as ações dos Decisores Políticos se relacionam e qual o posicionamento que os Decisores Políticos devem adotar, para que a Opinião Pública, sobre a Defesa Nacional, seja feita com o devido conhecimento e não com base numa tendência de opiniões injustificadas.

Palavras-Chave: Decisores Políticos, Defesa Nacional, Forças Armadas, Opinião Pública, Orçamento de Defesa, Orçamento de Estado.

ABSTRACT

Public Opinion is a very relevant subject in politics due to its impact on governmental decision-making process. Therefore, having in mind its importance and by the fact that electoral programs are approved by citizens, Political Decision Makers try to guide their actions to satisfy Public Opinion.

One of the actions of Political Decision Makers that shows a closer relation with Public Opinion is the elaboration of State Budget. Thus, factors as the composition of Public Opinion and the way how certain actions taken by Political Decision Makers are disseminated by Social Communication, may influence the importance given by Public Opinion to different State Budget programs. A Public Opinion Survey and an Exploratory Interview with eight Political Decision Makers allowed us to conclude that, although the Defense program is the least valued, public interest missions, carried out by Armed Forces, generate a greater interest and, consequently, a positive Public Opinion about their existence. On the other hand, Armed Forces strategy and Defense Budget have less importance. Thus, it is essential to understand how the Public Opinion and Political Decision Makers' actions are related and what position should Political Decision Makers adopt so that the Public Opinion about National Defense is made with a proper knowledge and not based on a tendency of unjustified opinions.

Keywords: Political Decision Makers, National Defense, Armed Forces, Public Opinion, Defense Budget, State Budget.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer à instituição que me acolheu durante seis anos e que me permitiu realizar uma formação militar e académica da qual tenho um enorme orgulho e apreço.

Ao meu curso, os Jokers, por todos os momentos partilhados que, sem dúvida, foram essenciais para o meu crescimento pessoal.

Ao meu orientador, o Senhor Professor Doutor Tiago Gonçalves, por todo o auxílio na elaboração deste trabalho. Graças às suas sugestões e incitamentos foi possível concretizá-lo.

Ao meu coorientador, o Excelentíssimo Senhor Major-General Guilherme Lobão, por me ter possibilitado estabelecer ligações com os Decisores Políticos dos diferentes ramos das Forças Armadas, o que foi de extrema relevância. Saliento também o meu profundo agradecimento por toda a dedicação e disponibilidade que demonstrou.

Ao senhor Coronel Pimentel, por todas as sugestões que possibilitaram enriquecer o trabalho, bem como pela disponibilidade em estabelecer ligações com os Decisores Políticos externos ao ramo das Forças Armadas.

Aos Decisores Políticos, que se disponibilizaram a realizar as Entrevistas Exploratórias, retirando tempo das suas ocupações. Agradeço toda a gentileza que tiveram comigo e, com toda a certeza, que a vossa colaboração, bem como todo o conhecimento transmitido, foram uma mais valia para a concretização deste trabalho.

A todos os que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse possível, o meu bem haja.

Finalizo, gratificando os meus pais por tudo o que me ensinaram e por me fazerem acreditar que nada é impossível, ao meu irmão por toda a força e carinho e aos meus grandes amigos por serem presença na minha vida.

ÍNDICE

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Lista de Abreviaturas	vi
Lista de Anexos	viii
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura e Desenvolvimento de Hipóteses	2
2.1. O papel do Governo e a Opinião Pública	2
2.1.1. Orçamento de Estado	3
2.1.2. Orçamento de Defesa	4
2.1.3. Os meios de financiamento do Governo	5
2.1.4. Garantia de estabilidade política e económica pelo Governo	6
2.2. As Forças Armadas na conceção dos cidadãos	6
2.2.1. Os diferentes Estados e as suas divergências	6
2.2.2. As alianças políticas na Defesa	7
2.2.3. Portugal como membro das alianças	8
2.3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional	8
2.3.1. A Estratégia das Forças Armadas	9
2.4. O conceito de Opinião Pública	11
2.4.1. A Opinião Pública e as ações na esfera da Defesa	13
2.4.2. A Opinião Pública e a sua Evidência Empírica internacional	13
2.4.3. A Opinião Pública e a sua Evidência Empírica nacional	15
2.5. Desenvolvimento de Hipóteses	16

3. Metodologia e Procedimento	16
3.1. Enquadramento	16
3.2. Desenho, aplicação e análise dos instrumentos	17
3.3. Caracterização da amostra e seleção dos inquiridos	18
4. Análise e discussão dos resultados	19
4.1. Enquadramento	19
4.2. Análise ao Inquérito por Questionário.....	19
4.2.1. Teste de Consistência Interna	19
4.2.2. Análise Estatística.....	20
4.2.3. Análise Inferencial.....	22
4.3. Análise às Entrevistas Exploratórias	25
4.4. Discussão dos resultados	33
5. Conclusões, Limitações e Pesquisas Futuras.....	35
6. Referências	36
7. Anexos.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

AR – Assembleia da República

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CFP – Conselho de Finanças Públicas

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

CS – Comunicação Social

DGO – Direção-Geral do Orçamento

DN – Defesa Nacional

DP – Decisores Políticos

EE – Entrevista Exploratória

EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas

EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas

EUA – Estados Unidos da América

FAA – Forças Armadas

FND – Forças Nacionais Destacadas

HFAR – Hospital das Forças Armadas

IQ – Inquérito por Questionário

ISCTE/IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto
Universitário de Lisboa

LDN – Lei de Defesa Nacional

LEO – Lei de Enquadramento Orçamental

LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas

LPM – Lei de Programação Militar

MDN – Ministério da Defesa Nacional

OBE – Objetivos Estratégicos

OD – Orçamento de Defesa

OE – Orçamento de Estado

OP – Opinião Pública

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCI – Problema Central de Investigação

PIB – Produto Interno Bruto

PNB – Produto Nacional Bruto

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

TFM – Trabalho Final de Mestrado

UE – União Europeia

UTAO – Unidade Técnica de Apoio Orçamental

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 - Análise SWOT que levou à definição dos objetivos estratégicos estabelecidos pelo EMGFA	40
ANEXO 2 - Objetivos estratégicos resultantes da análise SWOT	41
ANEXO 3 - Inquérito por Questionário à população	41
ANEXO 4 - Guião da Entrevista Exploratória aos Decisores Políticos	44
ANEXO 5 - Codificação dos Entrevistados	46
ANEXO 6 - Teste de Consistência Interna ao Inquérito por Questionário	46
ANEXO 7 - Análise Estatística aos dados pessoais dos inquiridos no Inquérito por Questionário	47
ANEXO 8 - Análise Estatística ao grupo 2 do Inquérito por Questionário.....	47
ANEXO 9 - Análise Estatística ao grupo 3 do Inquérito por Questionário.....	48
ANEXO 10 - Análise Estatística ao grupo 4 do Inquérito por Questionário.....	48
ANEXO 11 - Análise Estatística à Questão 3.2. do Inquérito por Questionário	49
ANEXO 12 - Análise Fatorial à Questão 3.2. do Inquérito por Questionário	49
ANEXO 13 - Análise Inferencial (Testes de Qui-Quadrado).....	49
ANEXO 14 - Análise Inferencial (Teste de Kolmogorov-Smirnov).....	50
ANEXO 15 - Análise Inferencial (Teste de Mann-Whitney)	50
ANEXO 16 - Análise Inferencial (Testes de Kruskal-Wallis)	50

1. INTRODUÇÃO

A Opinião Pública (OP) é um tema com bastante relevância na atualidade e é cada vez mais difícil para os Decisores Políticos (DP) não a ter em consideração na tomada das suas ações. Desta forma, tendo a OP um papel preponderante, seria proveitoso perceber quais são os fatores que têm influência no seu desenvolvimento. Os fatores podem ser intrínsecos, isto é, fatores que estejam relacionados com a composição da OP, onde se enquadra a idade, o género, os valores e as experiências de vida, ou ser fatores extrínsecos, ou seja, fatores que não estejam diretamente relacionados com a OP, mas sim com fatores situacionais, onde se enquadram as ações orçamentais dos DP. No caso da Defesa Nacional (DN) é interessante compreender a influência que estes fatores têm sobre a OP, pois as interpretações sobre as ações orçamentais dos DP, na esfera da Defesa, nem sempre são as mais corretas. Isto acontece, fruto da informação que é transmitida pela Comunicação Social (CS), que muitas vezes pode gerar dúvidas e colocar em causa a importância das Forças Armadas (FAA). No entanto, a OP não é estável e está em constante mudança, devido às informações que são publicadas. Estas informações podem ser ou não propositadas, de forma a gerar uma determinada atitude no público e, por isso, é que se torna interessante estudar a relação existente entre os DP e a OP, no que respeita à DN.

Assim, o Problema Central de Investigação (PCI) é definido, o qual passo a citar: “Em que medida é que existe uma relação entre a formação da OP e as ações orçamentais dos DP e qual a implicação desta OP na esfera da DN?”.

No que respeita à metodologia, são utilizados dois métodos, um quantitativo e um qualitativo. Para cada método é utilizado um instrumento, nomeadamente, um Inquérito por Questionário (IQ) à OP e uma Entrevista Exploratória (EE) a oito DP, respetivamente.

Após a análise dos resultados, é possível aferir que, efetivamente, existe uma forte relação entre a formação da OP e as ações orçamentais dos DP e que, esta relação, desagua no pouco interesse que a OP atribui ao programa da Defesa, quando comparado com outros programas do Orçamento de Estado (OE). Desta forma, a importância dada, quer ao orçamento que lhe está destinado, quer às estratégias de cariz militar, é diminuta. O mesmo não acontece com as missões de interesse público, cujo peso para a OP é significativo.

Esta conclusão desagua em algumas contribuições fundamentais para os DP e para a OP. Para os DP, uma das principais contribuições deste trabalho, é perceber que o enfoque dado ao programa da Defesa não é o mais adequado e, por isso, as ações dos DP têm de ser repensadas, de forma a que a OP perceba a relevância das FAA como um todo. Neste sentido, é importante que a transmissão das ações seja clara, pois só assim é que se consegue uma boa comunicação pela CS, que leva à devida compreensão, destes assuntos, por parte da OP. Para a OP é essencial perceber a necessidade da existência de espírito crítico sobre as ações dos DP, bem como uma cultura de DN suficiente, para que o Orçamento de Defesa (OD) e as estratégias das FAA possam ser entendidas e apoiadas.

Em suma, este Trabalho Final de Mestrado (TFM) está dividido em cinco partes, nomeadamente, a introdução, a revisão da literatura, a metodologia e procedimento, a análise e discussão de resultados e, finalmente, as conclusões, limitações e pesquisas futuras.

2. REVISÃO DA LITERATURA E DESENVOLVIMENTO DE HIPÓTESES

2.1. O papel do Governo e a Opinião Pública

O Governo é visto como “uma associação de indivíduos reunidos num empreendimento cooperativo, formado para resolver problemas de convivência social de forma democrática e justa”¹ (Buchanan & Musgrave, 1999, p. 31).

Esta citação reflete que um dos compromissos principais do Governo é a garantia do bem-estar social. O bem-estar social é uma consequência da segurança fornecida pelo Estado. Esta segurança é garantida através da proteção das economias dos cidadãos, bem como dos direitos dos empresários, que conduzem ao crescimento económico do país. Desta forma, sendo as FAA um dos atores mais importantes da segurança de um país, a sua existência conduz, indiretamente, ao crescimento económico (Erdogdu, 2008).

Para além da garantia do bem-estar é compromisso do Governo relançar a economia em Portugal, através de um Estado inteligente, moderno e forte, que demonstre uma constante preocupação com os seus cidadãos garantindo, ativamente, uma maior coesão e menores desigualdades (XXI Governo Constitucional, 2015).

¹ “An association of individuals engaged in a cooperative venture, formed to resolve problems of social coexistence and to do so in a democratic and fair fashion”.

Kasdin (2017) refere que, para assegurarem estas garantias, os cidadãos, através da OP, elegem os representantes governamentais, que melhor defendem os seus direitos. Esta escolha, está relacionada com a forma como o Governo se mostra coadjuvante com a OP, isto é, se as preferências dos cidadãos são traduzidas nas ações do Estado. Uma destas ações é a elaboração do OE, que divulga a governação que será feita num país, num determinado ano, e que tem impacto no quotidiano das famílias e das empresas (Jornal Económico, 2018). Contudo, estas preferências carecem de uma análise cuidada por parte do Governo, pois o planeamento do OE não é simples e os cidadãos não refletem o quão morosa e complexa é a sua elaboração. A perceção sentida pelos cidadãos, relativamente ao OE, é a de uma mera junção de recursos, onde não existe a presença de restrições (Kasdin, 2017). Assim, após estas ilações, a **Hipótese 1 (H1)** é deduzida e refere-se à importância que o papel da OP assume, no OE, perante as ações dos DP.

2.1.1. Orçamento de Estado

O processo de elaboração do OE inicia-se com a fase de planeamento orçamental, no ano transato a que o OE diz respeito, onde o Governo é responsável pela sua preparação, envolvendo todos os Ministérios. A proposta de lei do OE, para o ano n, é apresentada e aprovada pela Assembleia da República (AR), até ao dia 1 de outubro do ano n-1, como está descrito na Lei de Enquadramento Orçamental (LEO²) (Assembleia da República, 2018).

A fase de planeamento orçamental não é simples e pode levar a incertezas quanto ao que deve ser colocado em cada programa³. Esta incerteza, advém do facto do planeamento ser, muitas vezes, considerado como um processo subjetivo. No entanto, esta subjetividade pode trazer grandes riscos em algumas áreas orçamentais, quer a nível de despesa, quer de desperdícios (Kasdin, 2017).

A atitude dos cidadãos perante cada um dos programas do OE assume naturezas distintas. Os cidadãos são mais condescendentes a manter ou a aumentar a despesa, onde o número de potenciais destinatários é mais amplo como, por exemplo, na Saúde e na Educação. Contrariamente, os programas que os cidadãos acreditam estar destinados a um tipo específico de destinatários como, por exemplo, a DN, recebem uma menor

² Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto no Diário da República, 1.ª série — N.º 151 — 7 de agosto de 2018.

³ Os programas correspondem às despesas executadas no Orçamento de Estado.

aprovação (Jacoby, 1994). Assim, após esta conclusão, a **Hipótese 2 (H2)** é deduzida e diz respeito à importância dos diferentes programas do OE para a OP.

2.1.2. Orçamento de Defesa

Aquando da realização do OD, existem três preocupações essenciais do Governo, que refletem a importância das suas políticas e estratégias utilizadas. Primeiramente, a preocupação pela dignificação do pessoal que serve as FAA, que são os únicos elementos da população que sacrificam a sua própria vida em prol da nação. Em segundo, a disciplina existente na instrução e as condições de vida facultadas, para que os elementos que servem a nação estejam, permanentemente, motivados a cumprir a missão. Por último, e não menos importante, a dotação de equipamentos adequados às missões incumbidas às FAA (Espírito Santo, 2008). Numa forma mais simplista, estas preocupações, no OD, traduzem-se em três divisões, nomeadamente, as despesas em pessoal, as despesas em operação e as despesas em investimento. Os valores destas três divisões rondavam os 50%, 30% e 20%, respetivamente, mas após uma reforma – Defesa 2020 – passaram a assumir os valores de 60%, 25% e 15%. Esta alteração tem como objetivo atingir as melhores práticas internacionais e uma maior sustentabilidade na DN (Ministério da Defesa Nacional, 2015).

O esforço de um Estado, perante a Defesa, traduz-se na proporção existente entre a despesa executada e o seu rendimento nacional (Deger, 1986). Tendo em consideração alguns estudos já realizados, estes referem que o OD deve incluir determinadas variáveis que reflitam os seus rendimentos, bem como a existência de possíveis ameaças. Estas variáveis, na sua maioria, não são do conhecimento público (Galvin, 2003).

Deger (1986), estimou uma equação da Defesa, que é apresentada da seguinte forma:

$$(1) \ m = m(pcgdp, b, d_{threat}, d_{con}, d_{oil}, pop, m_{-1})$$

As variáveis na equação (1) são *pcgdp*, que representa o Produto Interno Bruto (PIB) per capita; *b*, que representa a conta corrente da balança de pagamentos, em percentagem do PIB; *d_{threat}*, que assume o valor 1, caso o Estado se depare com uma ameaça militar e possa, conseqüentemente, ser envolvido; *d_{con}*, que assume o valor 1, caso o Estado esteja, efetivamente, envolvido num conflito; *d_{oil}*, que assume o valor 1, para um país que tenha reservas de petróleo; *pop*, que representa a população total de um determinado Estado e

m_{-1} , que representa o valor do OD, no ano anterior. Desta forma, e após estas conclusões, a **Hipótese 3 (H3)** é deduzida e respeita ao desconhecimento da OP, relativamente às estratégias da Defesa e ao seu OD.

Gray e Smith (2011) referem que é crucial uma mudança na estrutura das FAA, sendo esta mudança, apoiada pela OP. Esta mudança pode ser realizada através de uma avaliação de custo-benefício, que visa a criação de hipóteses, que apontam previsões, sobre eventuais contingências futuras. No entanto, a probabilidade de incorrer em riscos é muito maior. A mudança tem de ser bem refletida, pois a prontidão de uma força, que advém da facilidade com que se consegue combater uma determinada ameaça, só é exequível com um número aceitável de recursos disponíveis. Erdogdu (2008) refere que, na visão da OP, a mudança nas FAA é positiva por duas razões. Primeiro, porque esta mudança, que é conhecida como reestruturação, garante uma gestão mais eficiente dos recursos. Segundo, porque as melhorias que advém da mudança, são uma garantia de estabilidade económica e política, que leva a um crescimento económico sustentável.

2.1.3. Os meios de financiamento do Governo

O financiamento da despesa do Governo, está também sujeito à OP. No caso da despesa na esfera da Defesa, esta pode ser financiada, quer por impostos dos contribuintes, quer pela emissão de dívida pelo Governo. Se existir receita fiscal, no momento da despesa, o financiamento é constituído por impostos, caso contrário, por dívida. A dívida é a forma de financiamento preferível dos cidadãos, pois faz com que o Governo cobre menos impostos. Contudo, a dívida é uma transferência de capital entre Governos o que, consequentemente, se pode tornar numa questão intertemporal. No entanto, a despesa atual da Defesa é também uma garantia de segurança para as sociedades futuras e, por isso, é importante garantir que esta não é totalmente suportada pelos impostos da sociedade atual, pois só assim é possível colocar o ónus da despesa na sociedade futura. Neste sentido, esta diminuição dos impostos pode ser percecionada pela OP como uma atitude positiva, por transmitir preocupação perante o seu bem-estar e aumenta a probabilidade de determinados Governos se manterem no poder (Erdogdu, 2008).

2.1.4. Garantia de estabilidade política e económica pelo Governo

O Governo é responsável por garantir a Segurança e a Defesa, que têm como consequência, a estabilidade política e económica, que se traduz num aumento do crescimento económico. Por um lado, a garantia de estabilidade política, que resulta de ambiente politicamente estável, só é possível através da segurança garantida pelas FAA (Blomberg, 1996). Por outro lado, a garantia de estabilidade económica, resulta de uma procura de bens, que tem como efeito, alterações na produtividade, nas importações e exportações, bem como nas melhorias tecnológicas (Erdogdu, 2008). No caso da DN, esta importância das FAA, para a garantia da estabilidade política e económica, é demonstrada através da Lei de Programação Militar (LPM⁴), que visa potenciar o investimento na economia nacional, mediante as indústrias de Defesa, do auxílio à inovação e ao desenvolvimento e da criação de emprego qualificado, bem como através da promoção do duplo uso das capacidades militares (Assembleia da República, 2019)

2.2. As Forças Armadas na conceção dos cidadãos

A Globalização assume, atualmente, um papel central nas sociedades. Contudo, os diversos tipos de ameaças que emergem da Globalização, não obtêm consenso, pelas sociedades, quanto à sua erradicação através do uso das FAA. Os cidadãos admitem que, o uso da FAA, deve ser o último recurso a ser utilizado, depois de terem sido aplicados outros meios como, por exemplo, a diplomacia (Espírito Santo, 2008).

Assim, a existência das FAA é um assunto bastante questionado, contudo, é sabido que são um instrumento de elevada importância, quer na vertente institucional do Estado como parte estruturante da soberania, quer na habilidade para fazer parte de várias missões internacionais como, por exemplo, as intervenções de apoio à paz (Barrento, 2006). Desta forma, a **Hipótese 4 (H4)** resulta desta ilação e está relacionada com a existência de uma OP positiva, sobre as FAA, tendo em conta a sua relevância para o Estado e para as ações dos DP.

2.2.1. Os diferentes Estados e as suas divergências

A Europa tem vindo a demonstrar uma grande vontade em tornar-se, globalmente, mais forte, no que respeita às suas capacidades militares e políticas. Um dos primeiros

⁴ Lei Orgânica n.º 2/2019 de 17 de junho no Diário da República, 1.ª série — N.º 114 — 17 de junho de 2019.

acontecimentos que demonstrou essa vontade foi o Tratado de Maastrich, assinado em 1992. Este tratado veio permitir uma circulação autónoma de pessoas, de produtos e de capital, através da criação da União Europeia (UE). A UE tornou-se maior e mais apta, numa perspetiva política e militar, o que é benéfico para os cidadãos (Seidelmann, 1997). Por outro lado, os Estados Unidos da América (EUA), quando comparados com a UE, têm estruturas militares muito mais unificadas, uma maior padronização a nível de armamento, equipamentos altamente desenvolvidos e diversas medidas para evitar os desperdícios (Seidelmann, 1997). Assim, é notória a aceitação do programa da Defesa, como um instrumento das suas políticas, pelos seus cidadãos (Eichenberg & Stoll, 2015).

Neste sentido, por serem Estados completamente diferentes, apresentam diferentes tipos de processos políticos e, por isso, diferentes opiniões relativamente ao tamanho do seu OD (Palmer, 1990). Para além disso, os OD de cada Estado podem ser distintos e contemplar despesas que não estejam relacionadas com as FAA como, por exemplo, as despesas de segurança, dos compromissos internacionais de segurança coletiva e do funcionamento dos próprios Ministérios da Defesa (Espírito Santo, 2008).

2.2.2. As alianças políticas na Defesa

O uso das FAA, como um meio para a resolução de conflitos, designados como violentos, está cada vez mais limitado e é cada vez menos apoiado pela OP. Desta forma, os Governos procuram recorrer a formas alternativas de Defesa, com o objetivo de não ferir os princípios das instituições militares (Espírito Santo, 2008).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) segue esta linha de pensamento e tem vindo a dar uma maior atenção à segurança ou à Defesa defensiva, do que à aplicação da Defesa ofensiva (Espírito Santo, 2008). No que respeita à Defesa ofensiva, esta mostra-se mais vantajosa para o Estado e para os cidadãos, por ser mais económica (McGuire, 2004).

Quando falamos da cooperação entre cada Estado, dentro de uma aliança, e tendo como base as opiniões de alguns autores, quanto maior for um determinado Estado, maior será a desproporcionalidade na partilha total da despesa que este irá suportar, ou seja, isto traduz-se numa maior carga na Defesa. O tamanho de um Estado é medido pelo seu Produto Nacional Bruto (PNB), sendo que, no caso dos EUA e da Europa, estes apresentam-se como maior e menor aliado, respetivamente (Palmer, 1990). O esforço de

cada Estado-Membro é, efetivamente, diferente e isto reflete-se nas diferenças crescentes entre os países e nos seus comportamentos que, na teoria económica, são denominados como “*free riding*”⁵ (Odehnal & Neubauer, 2018).

No caso da UE, esta tem uma enorme dificuldade em definir prioridades na esfera da Defesa, porque o poder político admite que não existem grandes ameaças militares a defrontar. Esta atitude faz com que os cidadãos europeus não demonstrem apreensão com a possibilidade de existirem conflitos no futuro. Deste modo, creem que a responsabilidade maioritária na projeção das FAA, em caso de conflito, recai sobre o aliado com maior poder, os EUA (Seidelmann, 1997).

2.2.3. Portugal como membro das alianças

Tendo em conta, quer a questão da segurança, quer as preferências sociais, um novo paradigma da OTAN teve a sua aprovação, em 2010, o que trouxe novas imposições no que respeita à contribuição de Portugal perante a segurança internacional (Governo de Portugal, 2013). O facto de Portugal ser membro da OTAN, permite-lhe internacionalização, a modernização das suas FAA e a credibilidade dos seus militares, através das suas capacidades, o que lhe possibilita a realização de diversas missões importantes para o prestígio da nação (Governo de Portugal, 2013). A participação dos militares portugueses em missões internacionais é fortemente apoiada pela OP (Carreiras, 2009).

Palmer (1990) refere que, os Estados que pertencem a determinadas alianças, como é o caso de Portugal, aumentam o seu peso na Defesa para manter uma atmosfera cooperativa entre todos os membros e para evitar a deserção mútua. Isto sucede, porque a manutenção da solidariedade é um elemento indispensável à não existência de conflitos.

2.3. Conceito Estratégico de Defesa Nacional

Portugal necessita de garantir as condições necessárias à segurança dos seus cidadãos, num cenário que se apresenta em constante transformação. Esta transformação, resulta da instabilidade que se tem vindo a sentir, a nível internacional. A insegurança, que é em parte justificada por Portugal ser dependente da entrada de financiamento externo, e este ser um problema que se tem vindo a agravar, pode levar a consequências negativas para

⁵ Quando existe o usufruto de um bem, por parte de um agente económico, sem que tenha existido a sua contribuição para tal benefício.

o país, que de forma direta ou não, podem colocar os interesses nacionais em causa (Governo de Portugal, 2013).

As ameaças de carácter internacional, que atemorizam a segurança interna, podem ser o terrorismo, a difusão de armas de destruição massiva, a criminalidade transnacional organizada, a cibercriminalidade, a pirataria, entre outros (Governo de Portugal, 2013). O risco destas ameaças, advém da elevada liberdade de acesso ao nosso país, que se justifica por este fazer parte da fronteira exterior da UE, cujo espaço aéreo e marítimo apresenta uma grande extensão. Contudo, estas ameaças são um dos fatores menos significativos perante a formação de uma OP positiva, sobre o programa da Defesa (Eichenberg & Stoll, 2015). Desta forma, após estas conclusões, a **Hipótese 5 (H5)** é deduzida e está relacionada com a OP sobre as FAA, no contexto atual.

2.3.1. A Estratégia das Forças Armadas

A estratégia das FAA deve estar em concordância com o que é decidido pelo poder político na fase de planeamento, sendo que, o planeamento é o que permite orientar as ações, perante determinados fins. Deste modo, e na esfera da DN, o planeamento por capacidades é indispensável. Este centra-se na ideia da capacidade como uma habilidade para cumprir um determinado objetivo e rejeita a aceção da capacidade, como os recursos que são postos à disposição das FAA (Rodrigues, 2015). Contudo, implica uma alteração profunda no pensamento e na atuação dos departamentos da Defesa (Madeira, 2008). No que respeita aos recursos, este tipo de planeamento auxilia a tomada de decisões, sobre as prioridades, dentro de um OD restrito, bem como a transferência de recursos, dentro do programa da Defesa, para usos mais produtivos (Solomon & Stone, 2013). Assim, no que respeita às prioridades e de forma a facilitar a sua análise, são identificados, por uma Diretiva Estratégica do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), os Objetivos Estratégicos (OBE) prioritários, que devem ser cumpridos no período de 2018 a 2021, com o aproveitamento das capacidades das FAA. Estes OBE resultam da avaliação do ambiente estratégico da Defesa e têm como base uma Análise *SWOT*⁶. A Análise *SWOT* e os OBE encontram-se vertidos no Anexo 1 e no Anexo 2, respetivamente (Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, 2018).

⁶ *SWOT* – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*, isto é, pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Adicionalmente, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) criou um novo modelo, onde as FAA se caracterizam por serem mais modernas, operacionais e dinâmicas, visando uma otimização dos recursos e das estruturas utilizadas (Presidência do Conselho de Ministros, 2013). Este modelo – Defesa 2020 – assenta em dois pilares principais, nomeadamente, um novo ciclo de planeamento estratégico e a reorganização da macroestrutura da Defesa e das FAA (Ministério da Defesa Nacional, 2015).

O novo planeamento estratégico defende uma estrutura com capacidade conjunta, que de forma integrada devem constituir três conjuntos, nomeadamente, uma força de reação imediata, forças permanentes em ação de soberania (cujo objetivo é a defesa aérea, marítima, busca e salvamento e o auxílio em catástrofes) e um conjunto modular de forças como, por exemplo, as Forças Nacionais Destacadas (FND). Ainda a respeito do planeamento, a Defesa 2020 definiu o OD como um acordo seguro, em 1,1% do PIB. Contudo, os elementos que compõem o OD não são estáticos, ou seja, as despesas em pessoal têm vindo a aumentar, devido à existência de incentivos como, por exemplo, os vencimentos, a educação, a habitação e a saúde, bem como devido aos suplementos a missões realizadas no exterior. Em contrapartida, as despesas em operação têm vindo a diminuir (Espírito Santo, 2008).

A reorganização da macroestrutura da Defesa e das FAA, mexeu em algumas leis, nomeadamente, na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA⁷), na Lei de Defesa Nacional (LDN⁸) e no novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR⁹). A criação de um Instituto Universitário, que contemple todos os estabelecimentos de Ensino Superior das FAA, é também um dos objetivos deste modelo e visa a redução de custos e dos recursos utilizados (Ministério da Defesa Nacional, 2015). Não obstante, independentemente de qualquer alteração no paradigma, as FAA vão continuar a desempenhar a sua missão, com o uso das suas características próprias, que estão fixadas em determinadas leis e tradições específicas e que distinguem as FAA das instituições civis, com o objetivo de garantir a defesa dos interesses nacionais,

⁷ Lei Orgânica n.º 6/2014 de 1 de setembro no Diário da República, 1.ª série — N.º 167 — 1 de setembro de 2014.

⁸ Lei Orgânica n.º 5/2014 de 29 de agosto no Diário da República, 1.ª série — N.º 166 — 29 de agosto de 2014.

⁹ Decreto-Lei n.º 90/2015 de 29 de maio no Diário da República, 1.ª série — N.º 104 — 29 de maio de 2015.

tanto na ordem interna, como externa (Santos, 1980). Além disso, é importante garantir o princípio da sua organização por ramos, pois só o ramo é capaz de educar e instruir as capacidades que, individualmente, contribuem para a sua capacidade conjunta (Espírito Santo, 2008).

2.4. O conceito de Opinião Pública

Na Europa, no século XVIII, a OP surgiu na esfera pública da burguesia, onde os cidadãos tinham como hábito reunir-se em espaços públicos para discutir assuntos de interesse comum. Nos dias de hoje, deixámos de ter um processo discursivo para ter um processo empírico, onde o voto se tornou a definição dominante da OP (Lewis & Nesselroth, 2014). Contudo, apesar da sua existência remeter para os primórdios do pensamento liberal, este fenómeno é considerado moderno, onde existe uma imensidão de encontros sem rosto, através de interações à distância (Domingues, 2018).

Deste modo, a OP é considerada como uma subjetividade coletiva, predominantemente descentralizada, com um impacto causal e importância na vida social. A sua organização, não tem uma estrutura definida, porém as opiniões dos grupos mais pequenos podem ter uma estrutura mais unificada (Domingues, 2018). Para além disto, esta opinião é vista como um consenso coletivo, que está relacionado com um conteúdo de interesse geral para a sociedade. No entanto, por um lado, é considerada como uma opinião mutável, na medida em que, está intimamente ligada à informação que é disponibilizada aos cidadãos e esta informação, que é recebida pela CS, está em constante mudança, resultado da alteração dos cenários. Por outro lado, a OP está ligada ao sistema de convicções dos indivíduos, que não são mutáveis, e que são consolidadas pelos seus valores morais e crenças (Martins, 1978).

Reto e Sá (2002) apresentam a OP, com base em cinco conceitos diferentes, que se encontram mencionados abaixo:

- A soma de opiniões individuais – onde existe uma conformidade com o voto;
- O reflexo das crenças dos cidadãos – que podem ser expressas em público, sem resultar no seu isolamento;
- O resultado da confrontação de grupos de interesse – que contraria a ideia de opiniões individuais;

- A opinião dos media – que pressupõe a projeção das opiniões políticas e de outros líderes sociais, com o objetivo de fazer com que os cidadãos estreitem a sua opinião ao que é publicado;
- A opinião como ficção – a opinião dos DP, através da utilização da CS, para propagar as suas opiniões.

É importante ter em consideração que a OP representa um papel fundamental numa democracia, pois os seus valores e crenças têm a capacidade de influenciar os DP relativamente à tomada de decisão (Levasseur, 2005). Uma democracia, pela sua denominação, pressupõe uma estrutura de Governo flexível ao pensamento dos cidadãos, onde a oposição à sua vontade está cada vez menos presente na mente dos políticos (Lewis & Nesselroth, 2014). Neste sentido, alguns autores continuam a encontrar um forte e complexo elo de ligação, entre a OP e a tomada de decisões políticas. Contudo, a OP é considerada, quer a maior força, quer a maior fraqueza de um Estado democrático (Lewis & Nesselroth, 2014).

É conveniente referir que os compromissos democráticos são bastante diferentes das decisões políticas que, efetivamente, serão tomadas. Os primeiros têm em conta a OP, contrariamente aos segundos, que estão mais distantes das preferências do público (Domingues, 2018). No caso em que a OP é favorável às ações políticas, a eficácia das mesmas é também superior, pois resulta numa maior probabilidade da sua execução. Devemos, porém, constatar que, nos sistemas políticos mais liberais, a OP tem um peso maior, tendo em conta o assunto em causa e o grau de afastamento ou aproximação, entre as opiniões e as decisões (Martins, 1978). Desta forma, após estas conclusões, a **Hipótese 6 (H6)** é deduzida e reflete a influência que os DP têm perante a formação da OP, devido ao peso que esta tem perante as suas ações. Porém, deve-se considerar que, a OP não é estanque e as preferências dos cidadãos podem ser alteradas em resposta a mudanças nos cenários apresentados (Levasseur, 2005). Estas mudanças podem ser fruto das ações do Governo e da sua transmissão pela CS, cujo objetivo é tentar, muitas das vezes, influenciar os cidadãos. Desta forma, a **Hipótese 7 (H7)** é deduzida e está relacionada com a fidedignidade da CS perante a transmissão das ações dos DP. O problema é que cada sociedade tem a sua própria dinâmica enquanto grupo, que inclui os seus mercados, empresas, trabalhadores e consumidores e, como tal, estes podem não responder,

necessariamente, de igual forma a essas tentativas de influência, pois as suas preferências também são distintas (Domingues, 2018).

Em suma, a OP é uma construção social em que o poder e as assimetrias estão presentes (Domingues, 2018). Martins (1978) refere que, inicialmente, esta é uma opinião individual, definida através da observação direta e da comunicação interpessoal. Posteriormente, fatores como a presença familiar, a educação, classe social, traços emocionais, caráter do indivíduo, relações pessoais, ambiente quotidiano, boatos sociais, propagandas e as informações da CS, são fulcrais para a concretização de uma opinião dita coletiva, através da interação com outros indivíduos (Begonha, 1993).

2.4.1. A Opinião Pública e as ações na esfera da Defesa

Atualmente, as estratégias militares são cada vez mais influenciadas por fatores considerados externos ao ambiente operacional. Fatores como o tempo, os custos e a OP assumem uma nova posição (Espírito Santo, 2008). Contudo, o caso não é assim tão simples e a sociedade não tem aquilo que deseja, porque a OP não é autónoma, nem espontânea (Higgs & Kilduff, 1993).

Quando se fala na OP, relativamente à DN, podemos estar na presença de uma contradição. Por um lado, para uma ação na esfera da Defesa ser eficaz, deve ser aceite por todos os cidadãos e, por isso, é fundamental a sua transparência. Contudo, existem muitas informações que são secretas e, como tal, o acesso público é negado. Por outro lado, as políticas da Defesa são abstratas e os cidadãos consideram-nas como um assunto longínquo das suas preocupações elementares de bem-estar (Martins, 1978).

Desta forma, para os cidadãos existem dois tipos de despesas executadas pelo Governo, nomeadamente, as despesas que, na mente dos cidadãos, são de bem-estar social e as que não representam despesas em bem-estar social, onde se enquadra o programa da Defesa. A OP relativamente a cada uma delas é diferente. As primeiras assumem uma estrutura coerente por parte dos cidadãos, enquanto que as segundas, na mente do público, são gastos isolados e não estão relacionadas com as primeiras. Contudo, todas elas têm de ser concretizadas (Jacoby, 1994).

2.4.2. A Opinião Pública e a sua Evidência Empírica internacional

Os valores que se apresentam nos diferentes programas do OE podem ter em consideração a OP, sendo que, o programa da Defesa não é exceção (Kasdin, 2017).

Eichenberg e Stoll (2015) referem que é necessário entender o pensamento dos cidadãos, com o objetivo de perceber que fatores influenciam as suas atitudes, perante a esfera da Defesa. Os fatores em estudo são as crenças, os valores, as experiências, o género, a profissão e a presença de ameaças, no curto prazo. A avaliação realizou-se em 14 países, num período definido. O resultado do estudo realizado, demonstrou que estes fatores podem ter maior ou menor significado, na formação da OP. Desta forma, os fatores mais significativos foram as crenças, os valores e as experiências de vida e os menos significativos foram as ameaças, no curto prazo. Para além destes fatores, o género também assume relevância, ao demonstrar um menor suporte, do género feminino, para os conflitos, o que resulta num menor apoio perante a despesa na Defesa. Conclui-se que, a atitude da OP, dificilmente mudará em resposta a fatores situacionais, como é o caso das ameaças, no curto prazo. Neste estudo, é ainda possível fazer uma distinção da atitude de cada um dos Estados pertencentes à OTAN, relativamente ao programa da Defesa. Existem alguns desacordos, principalmente, entre os EUA e a Europa Ocidental. Os EUA são um dos Estados mais tradicionalistas, na aliança atlântica, contrariamente à Europa Ocidental, que se apresenta como um Estado menos conservador. Isto quer dizer que, nos EUA, os cidadãos são mais condescendentes com o programa da Defesa, ao vê-lo como um instrumento fundamental para a sua política (Eichenberg & Stoll, 2015).

Higgs e Kilduff (1993) tentam também explicar as variações existentes no montante do OD, nos EUA. Estes autores referem que a OP não está sujeita a testes empíricos, relativamente à possibilidade de ser uma das principais variáveis, que explica as mudanças no OD, porque apresenta algumas deficiências na sua informação. Porém, estudos realizados por outros autores vêm contradizer esta informação e afirmam que a OP desempenha um papel importante, na determinação do tamanho do OD. Após várias investigações, Higgs e Kilduff (1993) contruíram um balanço de opinião, onde a percentagem de respostas a favor de uma menor despesa na Defesa é subtraída à percentagem de respostas a favor de uma maior despesa. Os efeitos deste balanço de opinião podem ter ou não efeito nas ações dos DP, mediante uma variável de controlo, que os autores chamam de “resíduo”. Esta variável assume um valor nulo, quando os cidadãos têm preferência pelo orçamento existente ou assumem não ter opinião sobre a matéria, devido à pouca informação disponível ou porque, simplesmente, não têm interesse. O efeito que cada opinião particular tem, varia com o tamanho das opiniões que

têm este efeito nulo, ou seja, quanto maior for a quantidade de opiniões com efeito nulo nas ações dos DP, menor vai ser o efeito de uma determinada opinião particular, nas decisões relativas ao OD. Isto acontece, porque as opiniões que visam manter o orçamento atual ou que não têm opinião sobre o mesmo, encorajam os DP a manter o que existe (Higgs & Kilduff, 1993). Contudo, o conhecimento dos cidadãos, relativamente à Defesa, é limitado e, por isso, não é apropriado considerar todas as suas respostas como representações igualmente válidas das preferências do público (Jacoby, 1994). Para além disto, as opiniões podem mudar consoante o que é pensado pelos indivíduos, num determinado momento, o que faz com que seja fundamental ter em consideração o instante em que as pesquisas de investigação são realizadas (Eichenberg & Stoll, 2015).

Contudo e indubitavelmente, os responsáveis pelas decisões respeitantes à Defesa assumem um papel central na formação da OP, isto porque, os líderes da Defesa têm a capacidade de controlar o acesso a informações importantes, o que lhes garante uma habilidade desproporcional para moldar a OP (Higgs & Kilduff, 1993).

2.4.3. A Opinião Pública e a sua Evidência Empírica nacional

A nível nacional, é importante perceber como é que as transformações nas FAA se ajustam aos novos cenários que lhes são impostos e como é que os cidadãos portugueses percecionam a sua existência. Para isto, analisou-se um projeto desenvolvido pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) e pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL), que visa perceber qual a OP sobre as FAA e a Defesa.

Carreiras (2009) concluiu, através dos resultados de um inquérito, realizado no âmbito da Segurança e das FAA, que os cidadãos consideram que a situação mais adequada para assegurar a Defesa de Portugal é através da existência das FAA, sob o controlo do Estado português e com a participação em alianças de Defesa. Para além disto, 83,2% dos inquiridos acredita que as FAA são necessárias em Portugal e 82,6% mostra a importância das FAA portuguesas, na Defesa do país.

Apesar da confiança existente nas FAA portuguesas, o conhecimento, interesse e informação sobre as mesmas não é muito vasto. Numa escala de 0 a 10, tendo em consideração as respostas dos inquiridos no inquérito, quando a CS fala sobre assuntos relacionados com a Defesa e com as FAA, o interesse do público é, em média, 5,11 e o

grau de conhecimento das FAA é, em média, 3,80. Para além disto, quando se pergunta aos inquiridos qual a dimensão das FAA, em número total de militares, cerca de 55,7% não tem opinião (Carreiras, 2009).

Relativamente ao OD nacional, 45,5% não tem opinião e 26,4% acredita ser adequado. Isto demonstra um conhecimento limitado, bem como falta de interesse, pela área da Defesa (Carreiras, 2009).

Terminando esta revisão da literatura e refletindo a necessidade da existência das FAA para a DN, Carreiras (2009) concluiu que 39,3% dos inquiridos considera que, existem motivos pelos quais merece a pena sacrificar a sua própria vida, sendo que, desses inquiridos, só 39,8% sacrifica a sua própria vida pela pátria, pela nação ou pelo seu país.

2.5. Desenvolvimento de Hipóteses

Após concluir a revisão da literatura, foram reunidos alguns conceitos fundamentais para desmistificar o PCI, que resultaram nas hipóteses de investigação deste TFM. Segue abaixo a sua listagem:

H1: A OP tem um papel fundamental nas ações perante o OE.

H2: A OP vê os programas do OE com igual importância para o bem-estar social.

H3: A OP tem pouco conhecimento sobre a estratégia da Defesa.

H4: A importância da Defesa, para as ações dos DP, gera uma OP positiva sobre as FAA.

H5: O contexto atual gera uma OP negativa sobre as FAA.

H6: Os DP influenciam a OP, pois esta tem um peso notório nas suas ações.

H7: A CS é um meio fidedigno de transmissão das ações dos DP para a OP.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTO

3.1. Enquadramento

Quando se inicia a realização de um trabalho que pressupõe investigação, torna-se imprescindível definir quais são os processos metodológicos que serão utilizados. Desta forma, há que escolher os métodos e os instrumentos mais apropriados e que melhor atingem o fim pretendido (Bell, 2010). A opção metodológica a utilizar, para abordar o

problema, é a triangulação metodológica¹⁰, onde se combinaram métodos quantitativos e qualitativos. A escolha da triangulação surge por este ser um trabalho com um propósito múltiplo, ou seja, visa analisar a formação da OP em dois pontos de vista, nomeadamente, da população e dos DP (Carmo & Ferreira, 2008). Para além disto, cada método revela diferentes formas de observação da realidade, o que leva a uma melhor compreensão dos fenómenos (Carmo & Ferreira, 2008).

Para cada um dos métodos aplicou-se um instrumento, nomeadamente, um IQ e uma EE semidirigida, de forma a obter um resultado mais completo e fidedigno (Miranda, 2009).

3.2. Desenho, aplicação e análise dos instrumentos

O método quantitativo, como refere Carmo e Ferreira (2008), está orientado para o resultado e permite a verificação ou a rejeição das hipóteses, através da análise dos dados. A escolha do instrumento para este método adveio da revisão da literatura, onde se analisou e, posteriormente, reformulou um IQ sobre a Defesa e as FAA (Carreiras, 2009). Na fase de desenho deste instrumento, existiu a necessidade de eliminar, reformular e adicionar determinadas questões, de forma a alcançar todos os pontos que se pretendiam abordar, tendo em consideração o PCI, bem como as hipóteses desenvolvidas. Desta forma, o IQ é composto por questões fechadas, onde existe um número limitado de respostas a escolher pelo inquirido, sendo que, algumas delas são representadas por uma Escala de Likert¹¹ com oito possibilidades de resposta. Todas as questões estão organizadas por temáticas, claramente enunciadas, que advêm da revisão da literatura, sendo elas: as ações orçamentais dos DP e a visão da OP, a relação dos programas do OE na mente dos cidadãos e o conhecimento dos cidadãos sobre a estratégia da Defesa e a sua opinião sobre a existência das FAA. Para além destas três grandes temáticas, existe uma que está primeiramente posicionada no IQ e que contém questões sobre os dados pessoais dos inquiridos, onde o objetivo é caracterizar a população em estudo. Este instrumento teve a sua aplicação através da plataforma online *Qualtrics*, contudo, Carmo e Ferreira (2008) referem a necessidade de realizar um pré-teste, antes da sua aplicação, de forma a garantir a sua aplicabilidade. Após a primeira versão do IQ, verificou-se a

¹⁰ A triangulação metodológica faz uso de diferentes métodos para estudar um dado problema.

¹¹ A Escala Likert é composta por um conjunto de itens aos quais se pede a quem responde ao questionário que manifeste o seu grau de concordância.

compreensibilidade e coerência das questões, o que levou à reformulação do mesmo, quer em estrutura, quer em conteúdo, com base nas observações e sugestões realizadas e só, posteriormente, foi possível a sua aplicação. Após a recolha de dados do IQ, efetuou-se a sua análise, através do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

O método qualitativo demonstra um maior interesse pelo processo de investigação do que, unicamente, pelos resultados (Carmo & Ferreira, 2008). O instrumento utilizado neste método foi uma EE semidirigida, onde foram enunciadas questões, previamente definidas, com o objetivo de obter a informação em falta e, de certa forma, complementar a recolha de dados do IQ. Neste tipo de EE, caso necessário, podiam ser produzidas questões adicionais para esclarecer o entrevistado, caso este manifestasse dificuldade na interpretação das perguntas (Miranda, 2009). O desenho deste instrumento solicitou a realização de um guião, que engloba um conjunto de questões organizadas por temáticas, tal como no IQ, que advêm da revisão da literatura. A aplicação deste instrumento só foi possível, após garantir a codificação das EE, a todos os entrevistados, com o intuito de manter a confidencialidade dos dados transmitidos pelos mesmos.

O IQ, o guião da EE semidirigida e a codificação dos entrevistados encontram-se nos Anexos 3, 4 e 5 respetivamente.

3.3. Caracterização da amostra e seleção dos inquiridos

A amostra é a seleção de uma parte da população, de forma a que os elementos que a constituem representem a população a partir do qual foram extraídos (Carmo & Ferreira, 2008). Tendo em consideração a utilização de dois instrumentos diferentes para a recolha de dados, as amostras também são distintas. No caso do IQ, a amostra utilizada foi uma amostra probabilística¹², mais concretamente, uma amostra aleatória simples¹³, construída de forma casuística, tendo em mente a disponibilidade dos inquiridos (Carmo & Ferreira, 2008). No caso da EE semidirigida, a amostra é não probabilística¹⁴, pois os DP entrevistados foram selecionados de acordo com os objetivos da investigação. Das técnicas pertencentes a este tipo de amostragem, a que se mostrou mais apropriada foi a

¹² A seleção dos elementos da uma amostra probabilística é realizada aleatoriamente com o objetivo de se poder generalizar à totalidade da população.

¹³ Todos os elementos da população têm igual probabilidade de serem selecionados.

¹⁴ A seleção dos elementos da amostra não probabilística tem como suporte critérios de escolha intencional.

amostragem do tipo *snow ball*, onde os primeiros DP indicaram os seguintes e assim sucessivamente (Carmo & Ferreira, 2008). A amostra vai crescendo e cada DP vai acrescentando algo novo à investigação, até serem obtidas todas as informações pretendidas. Deste modo, foram escolhidos DP pertencentes aos ramos das FAA e DP externos pertencentes à esfera política, com o objetivo de compreender qual a opinião dos DP, militares e não militares, relativamente à formação da OP sobre as suas ações e, consequentemente, sobre a existência das FAA e outros assuntos na esfera da Defesa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Enquadramento

Após a escolha dos métodos a utilizar, bem como dos respetivos instrumentos, realizou-se a recolha de dados. A análise dos dados recolhidos será fundamental para responder ao PCI, com base na teoria aprofundada na revisão da literatura. Relativamente ao IQ, participaram 410 cidadãos, do género masculino e feminino, com uma faixa etária superior aos 18 anos e com diferentes habilitações académicas. Por outro lado, as EE foram realizadas a oito indivíduos, com influência na esfera política, bem como na esfera da DN, tendo todos eles um amplo conhecimento sobre o OE, o OD e as despesas das FAA.

4.2. Análise ao Inquérito por Questionário

4.2.1. Teste de Consistência Interna

Antes de iniciar qualquer tipo de análise, importa perceber se o IQ tem um nível aceitável de confiabilidade. Para isso, realizou-se um teste de *Alpha de Cronbach*¹⁵ a todas as variáveis¹⁶ que compõem o IQ. O coeficiente assumiu o valor total de 0,889, como é possível verificar no Anexo 6. Desta forma, considera-se que o IQ tem uma boa consistência interna, mediante a tabela de valores do coeficiente consultada (Pestana & Gageiro, 2005).

¹⁵ É uma medida que permite verificar a consistência interna de um grupo de variáveis. O Alpha pode variar entre 0 e 1, sendo que, se for menor que 0,6 a consistência é inadmissível; de 0,6 a 0,7 é fraca; de 0,7 a 0,8 é razoável; de 0,8 a 0,9 é boa e se for maior que 0,9 é muito boa.

¹⁶ As variáveis dizem respeito às questões do Inquérito por Questionário.

4.2.2. Análise Estatística

Após a verificação da consistência interna, realizou-se, primeiramente, uma Análise Estatística das diferentes variáveis que compõem o IQ. Foram analisados diversos valores, nomeadamente, a média, a moda, bem como os valores em percentagem dos parâmetros em estudo. Sendo este IQ composto, maioritariamente, por variáveis nominais e ordinais, para estas, não faz sentido analisar a média. Nas questões representadas por uma Escala de Likert, nomeadamente, no IQ 3.2. e no IQ 4.7., onde os indivíduos escolheram variáveis numéricas, para avaliar determinados parâmetros, a média pode ser estimada.

Ao realizar a Análise Estatística, ao primeiro grupo do IQ, importa referir que dos 410 inquiridos, a maioria pertence ao género feminino (75,1%) e que as faixas etárias com maior relevância são a dos 25 aos 34 anos (27,1%) e a dos 35 aos 44 anos (25,6%). Relativamente às habilitações literárias, quase metade dos inquiridos é licenciado (41%), representando este valor a moda, seguindo-se o Ensino Secundário (26,6%) e o Mestrado (19,3%) com os valores mais significativos. No que respeita à forma como a OP perceciona as ações dos DP, uma grande parte dos inquiridos (40,7%) acredita que os fatores que dizem respeito à composição da OP, têm quase sempre influência sobre o entendimento de determinadas ações. Ainda assim, existe uma percentagem, pouco significativa de inquiridos (1,2%), que acredita que os fatores pessoais nunca influenciam o entendimento das ações dos DP. A Análise Estatística dos dados pessoais encontra-se no Anexo 7.

Após a análise dos dados pessoais dos inquiridos, passamos à Análise Estatística das restantes questões do IQ, que se encontra no Anexo 8, no Anexo 9 e no Anexo 10. Vivemos num país democrático, onde a OP é importante para as ações dos DP, contudo, nem todos os cidadãos têm esta opinião. Uma grande parte dos inquiridos (40%) diz que só algumas vezes é que as suas opiniões são tidas em consideração nas ações dos DP. Ainda assim, acreditam que na fase de elaboração do OE, a influência da OP nas ações dos DP é quase sempre elevada (34,6%), o que está de acordo com a **H1**.

Por outro lado, a maioria dos inquiridos (40%) acredita que os DP têm quase sempre capacidade para influenciar a OP, através da seleção da informação que pretendem transmitir. Do total dos inquiridos, 48% acredita que os DP escolhem quase sempre a

informação que pretendem transmitir para a OP. Contrariamente, 0,7% dos inquiridos acredita que os DP são sempre transparentes com o público. Em suma, e de acordo com a **H6**, os inquiridos acreditam que os DP têm uma grande capacidade de direcionar a OP, sendo que 58,8% admite que são poucas vezes transparentes, o que molda as opiniões de forma a que não sejam construídas com liberdade. Ainda sobre a influência dos DP na formação da OP, os inquiridos acreditam que, as ações dos DP que demonstram preocupação com o seu bem-estar e com a defesa dos seus direitos, nem sempre levam a uma OP favorável sobre as suas ações futuras. A maioria dos inquiridos acredita que isto só acontece algumas vezes (40,9%), porque as ações dos DP são independentes e a percepção de bem-estar de cada uma delas é diferente. Ainda assim, alguns inquiridos (37,6%) acreditam que as ações que demonstram preocupação com o seu bem-estar são quase sempre vistas como um indicador de confiança para ações futuras. No caso do programa da DN, não basta o DP afirmar que este programa é uma solução para a estabilidade política e económica do país, com o objetivo de influenciar a OP numa direção positiva perante as FAA, porque apesar de alguns inquiridos (46,8%), acreditarem, exclusivamente, nos compromissos feitos pelos DP, outros são mais críticos (41,7%) e precisam de observar ações que demonstrem que esses compromissos são exequíveis.

Para além disto, a influência que os DP têm sobre a OP está também relacionada com a transmissão das suas ações pela CS. No caso da DN, uma grande maioria da OP (75,6%) acredita que a CS tem a capacidade de influenciar a percepção dos cidadãos sobre as ações dos DP. No entanto, existe uma OP negativa sobre a CS, o que vai contra a **H7**, pois os inquiridos demonstram falta de confiança, ao referirem que a CS só é transparente, em relação à mensagem que transmite, em algumas situações (42,2%) ou quase nunca (40,7%).

Quando se fala no programa da Defesa, a OP tende a compará-lo com outros programas do OE, no que respeita à sua importância. Nitidamente que a maioria dos inquiridos (61,5%) acredita que os programas do OE têm pesos diferentes, o que vai contra a **H2**. Desta forma, e no que respeita à importância de cada programa do OE, verifica-se que os programas com maior peso são a Saúde (com uma média de 6,28) e a Educação (com uma média de 6,22) e o programa com menor peso é o da Defesa (com média de 4,73). Outra análise que pode confirmar esta diferença é a Análise Fatorial, que

permite perceber quais são os fatores que tem maior intensidade e preponderância numa variável. Neste caso, após a análise, é possível verificar que, os fatores com maior preponderância são a Saúde e a Educação com 0,714 e 0,730, respectivamente, e a Defesa é o fator que apresenta menor relevância, com 0,342. Ainda assim, a Defesa é um programa que, para a OP, garante bem-estar social (45,9%). As médias dos diferentes programas do OE e a Análise Fatorial estão apresentadas no Anexo 11 e no Anexo 12, respectivamente. No que respeita à diferença de importância, dos diferentes programas do OE, 66,3% dos inquiridos acredita que pode estar relacionado com a frequência com que as ações dos DP são transmitidas na CS, pois alguns programas ganham maior relevo do que outros, em determinados momentos.

Esta pouca importância, dada pela OP, ao programa da Defesa, faz com que os cidadãos tenham menos interesse e, conseqüentemente, pouco conhecimento sobre a estratégia das FAA. Para além de uma grande parte dos inquiridos (78,3%) acreditar que não existe uma transmissão clara, por parte dos DP, relativamente às estratégias da DN, quando a CS transmite assuntos relacionados com as FAA, a OP não as segue com muito interesse o que, conseqüentemente, faz com que não tenham conhecimento ou opinião (43,9%) sobre, por exemplo, o OD. O conhecimento limitado da OP relativamente à esfera da Defesa, faz com que estratégias, como as reestruturações, também não sejam entendidas pela maioria da OP, o que está de acordo com a **H3**. Ainda assim, a maioria dos inquiridos (31,7%) apoia estas reestruturações.

Os assuntos na esfera da DN, como se verifica através das respostas dos inquiridos, são umas das menores preocupações para OP. Apesar do contexto atual ser seguro e sem grandes ameaças a defrontar, a OP percebe a importância das FAA e quase todos os inquiridos (85,6%) concordam com a sua existência, o que está contra a **H5**. Ainda sobre a existência das FAA e terminando esta Análise Estatística de acordo com a **H4**, é possível aferir que um grande número de inquiridos (81,7%) concorda com a existência das FAA se tiver presente a sua importância como um elemento essencial para a soberania da Nação, bem como um elemento fundamental à realização das ações dos DP.

4.2.3. Análise Inferencial

Após a conclusão da Análise Estatística e Fatorial, é relevante realizar uma Análise Inferencial. Esta análise permite interpretar as relações existentes entre as diversas variáveis que, posteriormente, vêm dar resposta às hipóteses desenvolvidas. O primeiro

teste a realizar é um teste Qui-Quadrado¹⁷. A análise do teste é feita através da verificação do coeficiente de *Pearson* que, quando assume um valor de $\alpha \leq 0,05$, assume um resultado estatisticamente significativo, pois demonstra que as variáveis são dependentes. Todos os testes de Qui-Quadrado, bem como os respectivos valores, encontram-se apresentados no Anexo 13.

A primeira relação, vem comprovar a **H1**, e verifica se existe dependência entre a variável que demonstra que a OP tem um papel fundamental nas ações dos DP e a variável que demonstra que o OE é uma das ações dos DP com maior proximidade à OP. Constatase, no IQ 2.1. e no IQ 2.3., que o coeficiente de *Pearson* assume um valor inferior a 0,05 e, por isso, os dados são estatisticamente significativos. Neste caso, existe dependência entre as variáveis, ou seja, a OP assume um papel fundamental nas ações dos DP, mais concretamente, na elaboração do OE, devido à proximidade e ao impacto que tem no quotidiano das famílias e das empresas, o que é a favor da **H1**.

A segunda relação, que vem contrariar **H2**, verifica se existe dependência entre a variável que demonstra a influência dos DP na formação da OP e a variável que demonstra que as ações dos DP, que traduzem preocupação com o seu bem-estar, geram uma OP positiva e maior confiança perante ações futuras dos DP. Constatase, através do IQ 2.2. e do IQ 2.7., que não existe uma relação de dependência entre as variáveis. Neste caso, o facto dos DP terem capacidade para influenciar a OP, não está relacionado com as suas ações de bem-estar gerarem, permanentemente, uma OP positiva sobre as suas ações futuras. A OP percebe as ações de forma diferente e, no caso do OE, as ações que demonstram bem-estar não geram a mesma opinião. Assim, a importância dada, pela OP, a cada programa do OE também não é igual, o que vem discordar da **H2**.

A terceira relação, vem comprovar a **H3**, e verifica se existe dependência entre a variável que demonstra o interesse com que a OP segue as notícias das FAA na CS e a variável que demonstra a OP sobre o OD. Constatase, através do IQ 4.3. e do IQ 4.4., que existe dependência entre as variáveis. Neste caso, o facto dos inquiridos, na sua maioria, admitirem ter pouco conhecimento ou não ter opinião sobre o OD, está relacionado com o pouco ou nenhum interesse, com que seguem as notícias, sobre as

¹⁷ Permite perceber se existe uma relação de dependência, entre as variáveis em estudo. Se o valor de $\alpha \leq 0,05$, estamos na presença de dependência entre as variáveis, rejeita-se a Hipótese Nula (H0) e escolhe-se a Hipótese Alternativa (H1). Caso contrário, existe independência e aceita-se a Hipótese Nula.

FAA, na CS. Esta relação vem dar resposta à **H3**, que refere que a OP não tem conhecimento sobre a estratégia da Defesa, o que resulta da sua falta de interesse.

A quarta relação, que vem comprovar a **H4** e a **H6**, verifica se existe dependência entre a variável que demonstra a influência dos DP na OP e a variável que demonstra que a garantia de estabilidade política e económica, prometida pelos DP, gera uma OP positiva sobre as FAA. Constata-se assim, através do IQ 2.2. e do IQ 3.5., que estas são dependentes. Neste caso, os inquiridos concordam que os DP têm influência na formação da OP e, por isso, quando estes garantem que o programa da Defesa é importante para as suas ações, por ser uma solução para a estabilidade política e económica, conseguem gerar uma OP positiva sobre as FAA.

A quinta relação, que vem contrariar a **H5**, verifica se existe dependência entre a variável que demonstra que o programa da Defesa é um programa de bem-estar social e a variável que demonstra qual a OP, no contexto atual, sobre a existência das FAA. Constata-se, através do IQ 3.4. e do IQ 4.8., que existe dependência. Neste caso, o facto dos inquiridos concordarem, no contexto atual, com a existência das FAA, está relacionado com a perceção de bem-estar social que o programa da Defesa oferece. Assim, esta relação vem dar resposta à **H5**, ao confirmar que o contexto atual leva a uma OP positiva sobre as FAA, devido à sua importância para seu o bem-estar.

A sexta, e última relação, que vem contrariar a **H7**, verifica se existe dependência entre a variável que demonstra a influência que a CS tem sobre o entendimento da OP e a variável que demonstra a veracidade das informações que são transmitidas por este meio de comunicação. Constata-se, através do IQ 2.6. e do IQ 4.2., que não existe dependência. Assim, verifica-se que a CS tem capacidade para influenciar a perceção da OP, sobre as ações dos DP, na esfera da Defesa. Contudo, esta influência não está relacionada com a veracidade dos assuntos transmitidos. Em suma, esta relação, na opinião dos inquiridos vem discordar da **H7**, que refere que a CS é um meio de comunicação fidedigno das ações dos DP.

Seguidamente, são realizados testes não paramétricos, nomeadamente, o de *Mann Whitney* e o de *Kruskal Wallis*. Neste caso, foi necessário recorrer a este tipo de testes, pois o fator que se pretendia estudar – importância do programa da Defesa no OE – era um fator que não apresentava uma distribuição normal e, como tal, não era viável utilizar

os testes paramétricos. O teste que permite verificar se o fator segue uma distribuição normal é o teste de *Kolmogorov-Smirnov*¹⁸ que, no caso em estudo, apresenta um valor estatisticamente significativo. Este teste encontra-se representado no Anexo 14. Estes testes são importantes para perceber, em que medida, é que a importância dada ao programa da Defesa é diferente, mediante a composição da OP, que é um dos fatores intrínsecos, responsáveis pela formação da OP, no que respeita à percepção das ações dos DP.

O primeiro teste em estudo, o de *Mann-Whitney*¹⁹, permite perceber se existe discriminação para amostras com dois grupos (como é o caso do género). Neste caso, pretende-se estudar a distinção entre o género masculino e feminino dos inquiridos, relativamente à importância do programa da Defesa. Constatou-se, através do valor do teste, presente no Anexo 15, que existem diferenças significativas de opinião entre os géneros, ou seja, o género feminino dá mais importância ao programa da Defesa, no OE, do que o género masculino.

O segundo teste, o de *Kruskal-Wallis*²⁰, é uma extensão do teste de *Mann-Whitney*, pois permite avaliar amostras compostas por mais de dois grupos (como é o caso da faixa etária e das habilitações literárias). Neste caso, pretende-se estudar se a importância do programa da Defesa é condicionada, quer pela faixa etária, quer pelas habilitações literárias. Constatou-se que, no caso da faixa etária, não há diferenças significativas de opinião sobre a importância do programa da Defesa, ou seja, na generalidade, as faixas etárias acima dos 18 anos, percebem, igualmente, a importância do programa da Defesa. No caso das habilitações literárias, existem diferenças significativas de opinião, sendo os inquiridos com um nível superior de habilitações, os que mais apoiam o programa da Defesa. Os valores dos testes de *Kruskal-Wallis* encontram-se refletidos no Anexo 16.

4.3. Análise às Entrevistas Exploratórias

Dando por terminada a análise ao IQ, passamos à análise das EE realizadas a alguns DP. Esta análise, tal como o IQ, é realizada com base nas hipóteses desenvolvidas na revisão da literatura. Deste modo, tendo presente a **H1**, os DP admitem que, apesar da

¹⁸ H0 – distribuição normal e H1 – distribuição não é normal.

¹⁹ H0 – não existe distinção entre os grupos e H1 – existe distinção entre os grupos.

²⁰ H0 – não existe distinção entre os grupos e H1 – existe distinção entre os grupos.

condução da política orçamental ser realizada, maioritariamente, numa perspetiva daquilo que eles entendem como melhor para o país, podem existir episódios esporádicos em que a OP influencia as suas escolhas orçamentais (Echo, 2019). Um dos episódios que tem maior proximidade com a OP é, sem dúvida, a elaboração do OE, sendo este, um dos principais instrumentos de gestão da ação política. Independentemente das cores políticas que tutelam as pastas ministeriais, o OE tende a materializar a visão pública, pois os programas eleitorais são sufragados pelos cidadãos (Delta, 2019; Golf, 2019). Percebendo a preponderância da OP, os DP admitem tentar conduzir as suas ações de forma a procurar satisfazer os cidadãos, pois vivemos numa democracia e existe o escrutínio da ação política periódica através das eleições. Tendo isto presente, os DP pretendem demonstrar, à OP, confiança e que as suas promessas são compagináveis (Charlie, 2019; Foxtrot, 2019). Os DP reforçam ainda que a elaboração das Grandes Opções do Plano, que são as diretrizes que o Governo se compromete a cumprir e que desaguam nos valores que constituem o OE, são influenciadas pela OP e que em muitos momentos, se percebe que a OP advém de fatores, nitidamente, conjunturais com algum acontecimento como, por exemplo, o caso dos incêndios, das inundações e da greve nos combustíveis, que aconteceram recentemente no nosso país (Bravo, 2019). Outro exemplo mencionado foi o caso do desbloqueio orçamental das progressões nas carreiras, na Administração Pública, onde os DP referem que a OP foi um fator marcante, devido à pressão dos funcionários, por via dos seus sindicatos (Delta, 2019). Em suma, os DP salientam a importância da OP nas suas ações perante o OE, sendo o seu peso aferido a cada ciclo eleitoral. Contudo, sublinham a importância desta ser muito bem ponderada à luz do Princípio da Anualidade Orçamental (Alpha, 2019).

Tal como a OP tem importância para os DP, os DP admitem que também são parte do processo, sendo a influência mútua (Alpha, 2019). Os DP concordam com a **H6**, ao referir que existe uma condução da informação que passa para a OP, com o objetivo de colocar o maior número de cidadãos do lado das propostas que cada DP apresenta (Charlie, 2019; Golf, 2019). Assim, a escolha da informação e a seleção dos temas que, em determinado momento, importam exibir, ajudam a conduzir as políticas dos vários DP no futuro e, até mesmo, a testar possíveis reações da OP para perceber em que medida é que determinada

ação é favorável (Foxtrot, 2019). Conceitos políticos como o *soundbite*²¹ e as *Fake News*²², devem ser recordados, afirma um DP, pois são estratégias de influência chave (Alpha, 2019). Outra ferramenta muito utilizada pelos DP são os gabinetes de comunicação, que são responsáveis por transmitir todas as informações aos DP. Atualmente, é muito difícil governar sem estes *inputs* (Bravo, 2019). Contudo, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) e o Conselho de Finanças Públicas (CFP), garantem que o leque de informação transmitido pelos DP seja maior e que não seja partilhada, unicamente, informação que os DP achem relevante (Echo, 2019). Um exemplo da influência dos DP surge no domínio das FAA, mais concretamente, numa entrevista dada pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Esta entrevista baseava-se nos problemas complexos ao nível dos efetivos, nas dificuldades de recrutamento e na retenção de pessoal nas FAA e teve de ser corrigida, num espaço de horas, pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN) com o objetivo de não gerar interpretações erradas nos cidadãos (Delta, 2019). Porém, esta influência por parte dos DP depende da importância com que a OP perceciona as suas ações. Alguns DP acreditam que o contexto de bem-estar social, pode ser entendido, para uns, como ter maior presença em funções externas de soberania e, para outros, por atingir a plenitude de cuidados médicos universais no país, por exemplo. Isto quer dizer que, um Estado distributivo de riqueza pode agradar a alguns cidadãos e ser altamente condenável para outros (Alpha, 2019; Hotel, 2019). Assim, a influência das ações de bem-estar, na OP, é questionável, contrariamente, à comparação feita, pelo público, entre as promessas e as ações realizadas, que são um indicador de confiança. A OP está mais atenta, com um maior espírito crítico e não se deixa enganar com facilidade, devido à literacia trazida pela crise (Charlie, 2019; Foxtrot, 2019). Por outro lado, os DP acreditam que a desconfiança advém do uso de políticas pró cíclicas e das incertezas do ponto de vista orçamental, que muitas vezes se fazem sentir, pois o contexto económico em que se processam as ações governativas nem sempre permite acompanhar as promessas realizadas (Charlie, 2019; Echo, 2019). Certo é que, a influência dos DP não está, unicamente, relacionada com as ações de bem-estar e com o grau de confiabilidade das suas ações. Alguns DP admitem que a OP é também influenciada pelos segmentos sociais

²¹ Frase curta e de forte impacto, extraída de um discurso ou entrevista e, posteriormente, citada pela Comunicação Social, com o objetivo de passar uma mensagem persuasiva à audiência.

²² Notícias falsas que são divulgadas como verdadeiras através da Comunicação Social.

a que pertence (Charlie, 2019). Isto quer dizer que o efeito da mesma notícia é diferente em públicos distintos (Hotel, 2019). A idade é um fator relevante a ter em consideração, pois as faixas etárias mais modernas, devido à sua imaturidade própria, estão distantes das finanças públicas, da economia e das grandes opções políticas, contudo, são mais reivindicativas com as ações dos DP, por terem de lutar pelos seus direitos. Contrariamente, as faixas mais envelhecidas são mais condescendentes com falhas e com as decisões políticas, ou seja, tendem a um maior conservadorismo, aversão ao risco e conformismo (Alpha, 2019; Foxtrot, 2019). As habilitações literárias são também um fator importante, pois os cidadãos mais qualificados estão mais despertos para determinados assuntos e sabem o contexto e as circunstâncias em que determinadas mensagens dos DP são transmitidas (Delta, 2019). Um exemplo, mencionado por um DP, onde se percebe que os diferentes estratos sociais percecionam as questões do quotidiano de forma distinta, é o resultado de uma sondagem que perguntava aos portugueses se preferiam melhores serviços públicos ou menos impostos. Claramente, que as respostas foram muito diferenciadas. (Echo, 2019).

Os DP acreditam que a CS tem um papel fundamental na transmissão das suas ações e, como tal, cabe-lhes mostrar convenientemente qual a sua intenção, pois se a mensagem for transmitida com clareza e rigor, chegará também aos recetores finais de uma forma compreensível (Charlie, 2019; Foxtrot, 2019; Golf, 2019). Contudo, é sabido que a CS nem sempre descodifica, suficientemente, as questões orçamentais e faz com que determinados temas não sejam entendidos pela OP, o que não é da responsabilidade do DP (Echo, 2019). Para além disto, a CS tem tendência para gerar alguma confrontação e, por isso, é fundamental para os DP ter bons aliados, para que não exista o risco de terem as suas ações deturpadas (Delta, 2019). Outro exemplo da influência da CS é o facto de existirem sempre eventos considerados vazios que ganham relevo e reformas estruturais importantes que não são percecionadas. Neste sentido, os DP concordam que o meio digital tem uma grande importância, pois é através das redes sociais que a informação chega, rapidamente, à base e ao topo. As notícias estão mais formatadas para aquilo que o DP pretende que o leitor leia, contudo, estes novos veículos de comunicação podem subalternizar, em muitos aspetos, o papel da CS tradicional (Alpha, 2019; Bravo 2019). Assim e no que respeita à **H7**, os DP acreditam que tudo depende da forma como se colocam relativamente à mensagem que querem transmitir, mas também à liberdade de

imprensa da CS, que transmite o que assim entender, sendo este um fator difícil de controlar (Hotel, 2019).

A preferência do público por uns programas do OE ao invés de outros, pode ter que ver, na opinião dos DP, com o facto da OP não ter conhecimento da maioria dos assuntos que são abordados na esfera política e gerar assim tendências de opinião infundadas (Golf, 2019). Contudo, os indivíduos mais qualificados têm uma maior sensibilidade e percebem corretamente a importância dos diferentes programas (Charlie, 2019). No geral, a sociedade quer as suas necessidades imediatas, sendo que as questões de Segurança e Defesa não despertam muita atenção à população, contrariamente a outras áreas como, por exemplo, a Saúde, Educação, Economia e Segurança Social. Na opinião dos DP este pensamento não está certo, pois uns programas influenciam os outros (Bravo, 2019; Delta, 2019). Certo é que, existem sempre ações dos DP que não são entendidas pela OP como, por exemplo, as funções do Estado ou de soberania, cuja utilidade não é facilmente percebida. Isto é, há programas em que determinados cortes orçamentais ou de abrangência não têm um impacto evidente no *output* de curto prazo e, por isso, a OP não dá conta da sua existência. A DN é um exemplo disso (Alpha, 2019). Juntamente a este facto vem a atenção mediática que é concedida a determinados assuntos, em certos momentos do ciclo político, que ganham visibilidade e nem sempre são os mais relevantes (Echo, 2019). Neste sentido, os DP concordam que o papel da OP é tentar pensar por si e ver para além do óbvio (Golf; 2019). Por exemplo, as notícias sobre a Saúde têm estado na ordem do dia e acabam por ganhar proximidade com a OP. Neste caso, o fecho de alguns hospitais e a falta de médicos foram situações que condicionaram as ações dos DP, pois afetaram todos os cidadãos e, sendo a Saúde uma necessidade básica, precisa de ser satisfeita (Bravo, 2019; Charlie, 2019). Contrariamente, o caso de Tancos foi uma notícia que não abonou a favor das FAA e gerou uma OP menos favorável ao programa da Defesa (Delta, 2019). Os DP referem que, mesmo que não queiram, têm de ajustar o seu discurso consoante o dinamismo de determinado assunto. No caso da CS, claramente que os DP acreditam que esta tem um papel formatador, mas não pode ser ela a levar à definição das prioridades e, é isso, que distingue um bom DP ao definir aquilo que é realmente importante (Foxtrot, 2019). Deste modo, e no que respeita à **H2**, a OP não dá a mesma importância a todos os programas do OE e o programa da DN é o menos apoiado. Os DP afirmam que o facto de ainda existirem cidadãos que acreditam que a Defesa não é um

programa de bem-estar social demonstra desconhecimento, pois uma sociedade só progride num ambiente seguro e este tem de ser o primeiro bem a ser garantido (Bravo, 2019). O conceito de Defesa e a utilidade das FAA merece uma maior atenção, pois é um conceito coletivo e diz respeito a todos. A OP que vê a Defesa apenas como um programa que só aos militares diz respeito, tem uma visão errada (Alpha, 2019; Delta, 2019). Obviamente que os vencimentos dos militares são destinados, exclusivamente, a eles, contudo, eles trabalham em benefício da comunidade, através da colaboração com as comunidades civis como, por exemplo, no âmbito do combate a incêndios, da busca e salvamento e da colaboração com as forças policiais. Assim, é necessário explicar à OP, tanto as missões de interesse público, como os compromissos internacionais das FAA, junto das organizações que Portugal é membro (Charlie, 2019). Contudo, os DP acreditam que a OP não simpatiza com o gasto em recursos militares, porque o associam a conflitos e à percepção de que as FAA continuam agarradas a um conceito estratégico, que aposta nos caminhos da guerra, em detrimento da política social (Echo, 2019; Foxtrot, 2019). Porém, sublinham que os cidadãos não se devem esquecer que o MDN é de defesa e não de ataque e, como tal, é em tempos de paz que se preparam as “armas” para momentos difíceis (Golf, 2019; Hotel, 2019).

Consequentemente, o facto da OP não dar tanta importância ao programa da Defesa como a outros programas, faz com que tenha pouco conhecimento sobre a estratégia das FAA, o que vai de encontro com a **H3** deste TFM. Há falta de interesse, dizem os DP, e não tem havido uma aposta no domínio da educação e formação para a cidadania, no que respeita a este assunto, numa vertente mais pedagógica (Echo, 2019; Foxtrot, 2019). Para além disto, existe uma inabilidade das instituições militares em fazer chegar, à OP, informações sobre assuntos que se podem divulgar ao público, pois as notícias que passam são muito formatadas e os cidadãos gostam de algo que lhes suscite interesse (Bravo, 2019). Não há curiosidade em saber o montante que as FAA despendem no seu funcionamento, mas sim nas notícias que elevem o orgulho das pessoas. É da opinião de alguns DP que se a espiral for descendente, ou seja, quanto menor for o interesse da OP nos assuntos da esfera da DN, menor será o empenhamento e o tempo gasto por parte dos DP na CS (Alpha, 2019; Charlie, 2019). É importante sublinhar que não é agora que a população adulta será convencida da importância das FAA, mas sim os mais jovens, sendo a aposta nesses indivíduos. Infelizmente, o dia da DN não chega para os jovens

consolidarem os conhecimentos sobre a Defesa, nem o papel das FAA (Hotel, 2019). Neste sentido, o EMGFA tem desenvolvido programas interessantes com as escolas, para que as crianças se envolvam mais nas atividades das FAA (Delta, 2019). O desconhecimento das estratégias na esfera da DN, faz com que muitas ações que são tomadas pelos DP não sejam entendidas, contudo, muitas delas continuam a ser defendidas pela OP, como é o caso das reestruturações. Os DP acreditam que este comportamento tende a acontecer, porque a OP acredita que poderá existir um aumento noutros programas do OE. A OP não compreende as reestruturações como um caminho para conseguir umas FAA mais eficientes, modernas e bem capacitadas, pelo contrário, entende que com eficiência e reestruturação, o objetivo estratégico continua a ser atingido, com o menor número de recursos possível (Echo, 2019; Foxtrot, 2019). Não obstante, os DP salientam que as FAA não podem ter só ao seu dispor meios eficientes, pois todos são necessários e tudo depende da ameaça a defrontar. É neste sentido que cada ramo existe, pois só os três, complementarmente, é que cumprem os objetivos da melhor forma (Bravo, 2019). Se se perguntar à OP qual a sua opinião sobre, por exemplo, a reestruturação dos hospitais militares, não sabem responder (Charlie, 2019). As reestruturações têm pontos positivos, mas chegámos a um ponto em que não é possível reestruturar mais com visão à poupança, dizem os DP. Na DN é preciso fazer o que é uma gestão estratégica, planejar bem a despesa e ter uma gestão de médio prazo, pois é uma área que obriga a investimentos muito avultados e onde é preciso identificar bem as necessidades e, por isso, não é por acaso que existe a LPM (Foxtrot, 2019). A LPM garante um incremento e uma manutenção das capacidades, mas existe muita dificuldade em sustentá-las. Não se pode investir em meios militares se não houver capacidade para os operar e manter. Um exemplo mencionado por um DP, no caso da Marinha, é o grande défice de manutenção acumulado que existe. No dia em que existir dinheiro para as reparações, algumas embarcações já não terão solução (Delta, 2019). Em suma, estes “emagrecimentos cegos” e o *downsizing*²³ descredibilizam uma área que necessita de recursos significativos para a sua eficiência (Alpha, 2019).

No contexto atual, os DP admitem que as ameaças não estão assim tão longe como a OP pensa, sendo que, se avaliarmos o CEDN temos noção das que podem afetar a

²³ Conceito de reestruturação que potencia as atividades de uma organização ao eliminar processos que são desnecessários.

segurança de Portugal (Hotel, 2019). Há muitas matérias onde é possível explicar ao público que, efetivamente, a Defesa é um setor fundamental e que nenhum país a pode dispensar. Para além disto, a sua existência serve como um elemento dissuasor da possibilidade de um ataque (Bravo, 2019; Foxtrot, 2019). Uma das questões problemáticas, que demonstra a pouca importância que a OP concede às FAA, é o nível de efetivos e de recrutamento. Os DP referem que foram já alterados alguns parâmetros de avaliação e de seleção no recrutamento de militares, de que são exemplo a flexibilização de tatuagens, a melhoria de instalações e o uso de telemóveis durante a recruta, criando assim condições para que as pessoas se sintam bem na organização e adiram. Certo é que, há um triângulo que a OP deve ter em conta, cujas três pontas são a segurança, o bem-estar e desenvolvimento económico, onde cada uma é influenciada e influencia a outra (Delta, 2019). Relativamente ao desenvolvimento económico, a garantia da segurança dos turistas é um exemplo que demonstra, claramente, a importância da Defesa, na vertente militar. Os turistas têm um peso cada vez maior na nossa economia e uma simples alteração no contexto da segurança interna pode abalar o nosso crescimento. Um outro exemplo, está presente nos critérios dos programas da LPM que demonstram que devem existir programas que incorporem segmentos da atividade económica e industrial nacional (Charlie, 2019). As FAA são um instrumento de política externa e Portugal pertence a um conjunto de organizações internacionais, onde a Segurança e a Defesa são coletivas e vistas de uma forma universal. Sublinha-se ainda que os militares não têm de deter um rótulo que diga que só devem realizar missões estritamente militares, pois as missões de interesse público são uma oportunidade para a demonstração da sua qualidade, profissionalismo e necessidade. A recente passagem para a Força Aérea Portuguesa do Comando e Gestão centralizada dos meios próprios do Estado, para combate a incêndios, é um bom exemplo disso (Alpha, 2019). Se a OP perceber isto, com toda a certeza que, tendo presente o contexto em que vivemos, vai ter uma opinião positiva sobre a existência das FAA, o que contraria a **H5**.

Assim, as FAA são um instrumento poderoso e multidisciplinar de atuação do Estado, como se viu na recente greve dos camionistas em Portugal e, por isto, dentro daquilo que é permitido, trabalham muito para a segurança interna. Isto nada tem que ver com FAA, mas sim com a segurança dos cidadãos. Isto são missões que são desenvolvidas todos os dias e que não são missões de cariz militar (Alpha, 2019; Bravo, 2019). Desde o que se

faz lá fora, na cooperação internacional, até à vertente económica, tudo mexe com áreas do funcionamento do país (Delta, 2019). Por isto, os DP concordam que existem todas as condições para que a visibilidade e importância das FAA se possa sentir e notar mais (Foxtrot, 2019). Deveriam de ser explicados quais são os objetivos estratégicos, as missões e, posteriormente, ser feito um reporte anual dos *outputs* das FAA, para que a OP mudasse (Echo, 2019). Os DP creem que o envolvimento com as escolas é fundamental para a criação de uma cultura de DN. Claramente que deve existir um reforço do discurso político sobre as FAA, pois a instituição militar foi perdendo alguma reputação, resultado de algumas atitudes políticas que não lhe deram importância (Echo, 2019). Por isso, há a absoluta necessidade dos DP compreenderem, com profundidade, o contexto da Defesa e das FAA, considerando que têm como objetivo a Segurança e a Defesa, que são os fins das suas políticas (Alpha, 2019). É incoerente ter a ideia de que não precisamos de FAA e que, caso necessitemos, algum Estado-Membro nos vem auxiliar. Sem a nossa contribuição, não podemos esperar auxílio externo. Para além disto, tendo ainda em conta a nossa vasta área marítima e, futuramente, quando for autorizada a extensão da nossa plataforma continental, devemos ter uma maior preocupação com a DN, de forma a reunir as condições necessárias para a salvaguarda do nosso património e dos seus recursos (Delta, 2019; Hotel, 2019). Em suma, as FAA são de extrema importância e contribuem em boa medida para a estabilidade política, económica e social. Ao perceber isto, com toda a certeza que a OP terá uma opinião positiva sobre a existência das FAA, o que está de acordo com a **H4**.

4.4. Discussão dos resultados

Tendo em consideração a análise realizada, foi possível verificar a veracidade das hipóteses desenvolvidas na revisão da literatura. Desde logo, é possível perceber que os DP têm um peso considerável na formação da OP, por terem a capacidade de controlar o acesso às informações que passam para o público. Isto garante-lhes uma habilidade desproporcional para moldar a OP, na direção pretendida, o que vem comprovar a **H6**. O objetivo dos DP, ao moldar a OP, é garantir que as suas propostas são apoiadas, pois a OP tem um peso notório na tomada das suas ações. Assim, as ações que são apoiadas pela OP, têm uma maior probabilidade de serem realizadas. A elaboração do OE é das ações dos DP, onde a OP assume maior preponderância, pois afeta diretamente o seu quotidiano, o que vem comprovar a **H1**. No entanto, a própria composição da OP ou até a CS, podem

influenciar a forma como determinadas ações dos DP são entendidas. No caso concreto da CS, tendo presente a sua liberdade de imprensa, esta pode adular as ações dos DP, de forma propositada ou não. Este facto faz com que as ações transmitidas não correspondam à realidade, o que está contra a **H7**. Ainda sobre a CS, a atenção mediática dada aos diferentes programas do OE não é igual, sendo a DN o programa com menor visibilidade, quando comparado com outros programas. Este mediatismo também coloca em causa o interesse e o conhecimento da OP, sobre as FAA. Contudo, os últimos tempos têm sido marcados por episódios, onde as FAA têm demonstrado interesse, através da realização de missões de interesse público. Esta é, efetivamente, a razão pela qual a OP defende a sua existência, no contexto atual, o que está contra com a **H5**. Os próprios DP, demonstram a importância da Defesa, numa vertente social, como um instrumento poderoso e multidisciplinar da atuação do Estado. Neste sentido, ao serem eficazes a moldar a OP, geram uma tendência positiva sobre a existência das FAA, o que está de acordo com a **H4**. Certo é que, o enfoque dado ao programa da Defesa não é o mais adequado, pois descarta a missão *core* das FAA, cuja vertente é de cariz militar e não social. Isto acontece, em parte, porque a conjuntura é estável e, tendencialmente, as ameaças são longínquas. Consequentemente, esta desvalorização do programa da Defesa, gera uma atitude de desinteresse na OP, em determinados assuntos como, por exemplo, na estratégia da Defesa e no seu OD, o que vem confirmar a **H3**, pois o interesse em saber qual o montante que as FAA despendem no seu funcionamento, quando comparado com os temas que elevem o orgulho da OP, é nulo. Com estas ilações em mente, claramente que, o programa da Defesa é o que representa menor peso para a OP, quando comparado com os restantes programas do OE, o que está contra a **H2**. Em suma, a importância das FAA é percebida pela OP, mas não como um todo. Atualmente, as missões de cariz militar, que englobam a Segurança e a DN, as estratégias e o próprio OD, são desvalorizadas, quando comparadas com as missões de interesse público.

5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

Após o término do capítulo onde foram analisados e discutidos os resultados, é possível dar resposta ao PCI, formulado no início do trabalho. Constata-se que, efetivamente, existe uma forte relação entre as ações dos DP e a formação da OP, sendo esta uma relação mútua, e que tem impacto na esfera da Defesa Nacional. A Defesa, o bem-estar e o desenvolvimento económico são os três pilares essenciais para as funções de soberania do Estado e, como a existência de um influencia a dos outros, nenhum pode ser dispensado. Um exemplo que demonstra a relevância da Defesa para o bom funcionamento do Estado, é a segurança fornecida aos turistas. Estes, têm um enorme peso na nossa Economia e, uma simples alteração no contexto da segurança, pode abalar o crescimento económico do país. Neste sentido, a Defesa é uma missão de cariz militar que deve ser garantida. Contudo, o facto do contexto se mostrar estável e sem grandes ameaças a defrontar, faz com estas missões não tenham tanta preponderância, como as missões de interesse público, cuja preeminência é reconhecida pela OP. Deste modo, esta vertente social das FAA, é a razão pela qual OP apoia a sua existência. No entanto, o programa da Defesa continua a ser o menos valorizado, quando comparado com outros programas do OE, o que resulta de um desinteresse e desconhecimento relativamente às estratégias das FAA e ao OD. Neste sentido, há a necessidade dos DP compreenderem, com profundidade, o contexto da Defesa e das FAA, considerando que têm como objetivo, tanto o bem-estar como a segurança, que são os fins da política. Esta atitude tem de partir dos DP, pois só eles conseguem moldar a OP. Claramente que, a CS e a própria composição da OP, podem condicionar a perceção das suas ações, mas cabe ao DP ser claro no que pretende transmitir. Em suma, a OP, relativamente à esfera da DN, é condicionada pelas ações dos DP e, por isso, estes devem demonstrar a importância do papel das FAA, não só numa vertente social, mas também numa vertente militar, salientando a relevância deste programa para o funcionamento do país e demonstrando à OP que o OD que lhe está destinado não deve de ser descurado.

Relativamente às limitações no desenvolvimento deste trabalho sublinho a difícil seleção de conteúdo, devido à elevada quantidade de informação disponível, a dificuldade na abordagem dos assuntos da esfera política, bem como a disparidade de género nos dados recolhidos. Como pesquisas futuras sugeria refazer o estudo, no longo prazo, para que se verifiquem se as conclusões se mantêm, abrangendo outro tipo de variáveis.

6. REFERÊNCIAS

- Barrento, A. E. Q. M. (2006). As Forças Armadas como instrumento da acção do Estado. *Revista Militar*, 2459, 1–9.
- Begonha, R. (1993). A Informação, as Relações Públicas, as Forças Armadas e a Sociedade Portuguesa. *Instituto da Defesa Nacional*, 68, 141–169.
- Bell, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. 5.^a Ed. Lisboa: Gradiva.
- Blomberg, S. B. (1996). Growth, Political Instability and the Defence Burden. *Economica*, 63(252), 649–672.
- Buchanan, J. M., & Musgrave, R. A. (1999). *Public Finance and Public Choice*. London: CESifo.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da Investigação*. 2.^a Ed. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carreiras, H. (2009). *Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa e Forças Armadas - Resultados Globais*. Lisboa: CIES-IUL.
- Deger, S. (1986). Economic Development and Defense Expenditure. *Economic Development and Cultural Change*, 35(1), 179–196.
- Domingues, J. M. (2018). Public Opinion and Collective Subjectivity: a conceptual approach. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 19(3), 249–267.
- Eichenberg, R. C., & Stoll, R. J. (2015). The Acceptability of War and Support for Defense Spending: Evidence from Fourteen Democracies, 2004–2013. *Journal of Conflict Resolution*, 61(4), 1–26.
- Erdogdu, O. S. (2008). Political Decisions, Defense and Growth. *Defence and Peace Economics*, 19(1), 27–35.
- Espírito Santo, G. A. do. (2008). O Orçamento da Defesa e o Orçamento das Forças Armadas. *Revista Militar*, 2482, 1–12.

- Galvin, H. (2003). The Impact of Defence Spending on the Economic Growth of Developing Countries: A cross-section study. *Defence and Peace Economics*, 14(1), 51–59.
- Governo de Portugal. (2013). Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Governo de Portugal*, 1–50.
- Gray, J., & Smith, R. (2011). A Resource Constrained Environment: A Primer to Thinking About Force Structure Change. *Military Review*, 14–23.
- Higgs, R., & Kilduff, A. (1993). Public Opinion: A Powerful Predictor of U.S. Defense Spending. *Defence and Peace Economics*, 4(3), 227–238.
- Jacoby, W. G. (1994). Public Attitudes toward Government Spending. *American Journal of Political Science*, 38(2).
- Kasdin, S. (2017). An Evaluation Framework for Budget Reforms: A Guide for Assessing Public Budget Systems and Selecting Budget Process Reforms. *International Journal of Public Administration*, 40(2), 150–163.
- Levasseur, D. G. (2005). The Role of Public Opinion in Policy Argument: An Examination of Public Opinion Rhetoric in the Federal Budget Process. *Argumentation and Advocacy*, 41(3), 152–167.
- Lewis, C. W., & Nesselroth, S. H. (2014). Public Opinion on Government and Morality. *Public Integrity*, 17(1), 19–35.
- Madeira, C. M. G. R. (2008). *O Sistema de Planeamento de Forças Nacionais. Implicações da Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades* (Curso de Promoção a Oficial General, Instituto de Estudos Superiores Militares).
- Martins, R. F. R. C. (1978). Opinião Pública e Defesa Nacional. *Instituto da Defesa Nacional*, 8.
- McGuire, M. C. (2004). Economics of Strategic Defense and The Global Public Good. *Defence and Peace Economics*, 15(1), 1–25.
- Ministério da Defesa Nacional. (2015). Defesa 2020 - o que é, como foi edificada e como está a ser executada. *Governo de Portugal*, 1–48.

- Miranda, R. J. P. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Odehnl, J., & Neubauer, J. (2018). Economic, Security, and Political Determinants of Military Spending in NATO Countries. *Defence and Peace Economics*, 1–15.
- Palmer, G. (1990). Alliance Politics and Issue Areas: Determinants of Defense Spending. *American Journal of Political Science*, 34(1), 190–211.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais*. 4ª Ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- Reto, L., & de Sá, J. (2002). *Vox Populi. O Estado da Opinião em Portugal (1997-2001)*. 1.ª Ed. Lisboa: Bertrand.
- Rodrigues, A. R. (2015). O Conceito de Capacidades Militares. Uma nova forma forma de planeamento de Defesa. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 1–5.
- Santos, J. A. L. dos. (1980). *Forças Armadas, Defesa Nacional e Poder Político*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Seidelmann, R. (1997). Costs, Risks, and Benefits of a Global Military Capability for the European Union. *Defence and Peace Economics*, 8(1), 123–143.
- Solomon, B., & Stone, C. (2013). Accrual Budgeting and Defence Funding: Theory and Simulations. *Defence and Peace Economics*, 24(3), 211–227.
- XXI Governo Constitucional. (2015). *Programa do XXI Governo*. 1-262.

Diplomas Legais

Assembleia da República. (2018). Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 151 — 7 de agosto de 2018, 3903–3922.

Assembleia da República. (2019). Lei Orgânica n.º 2/2019. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 114 — 17 de junho de 2019, 2982–2985.

Gabinete do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. (2018). Diretiva Estratégica 2018|2021 do Estado-Maior General das Forças Armadas. 44.

Presidência do Conselho de Ministros. (2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 - Conceito Estratégico de Defesa Nacional. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 67 — 5 de abril de 2013.

Websites

Jornal Económico. (2018). OE2019: O que vai mudar para as famílias e empresas. Obtido de <https://jornaleconomico.sapo.pt/>

7. ANEXOS

ANEXO 1 - Análise SWOT que levou à definição dos objetivos estratégicos estabelecidos pelo EMGFA

<i>Strengths</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecimento do valor das FAA no quadro das alianças a que pertencem e a capacidade de comandar forças 2. Flexibilidade de atuação das FAA 3. Disponibilidade para empenhamentos cooperativos 4. Conhecimento no Ensino Superior Militar 5. Valores e forte identidade institucional
<i>Weaknesses</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dificuldade em prover cargos na estrutura do EMGFA 2. Falta de meios para o Sistema de Forças e dificuldade no recrutamento 3. Falta de doutores no Instituto Universitário Militar (IUM) 4. Deficiências que afetam os serviços prestados no Hospital das Forças Armadas (HFAR) 5. Dificuldade face aos desafios do mundo digital, mais concretamente, às ciberameaças
<i>Opportunities</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valor da língua, posição geoestratégica e espaços marítimos nacionais 2. Relações bilaterais e multilaterais no quadro das alianças que Portugal faz parte, bem como a cooperação interagências 3. Transferência de conhecimento e tecnologia C4ISR²⁴ e ciberdefesa através da Academia de Comunicações e Informação da OTAN 4. Novo modelo de Ensino Superior Militar, isto é, o IUM 5. Relevância do HFAR para o Serviço Nacional de Saúde
<i>Threats</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ataque a um país da aliança atlântica 2. Ameaças ou riscos com impacto nacional ou global 3. Conflitos ou crises regionais que podem potenciar redes de contrabando e tráfico 4. Fraco conhecimento público sobre relevância das FAA 5. Constrangimentos financeiros

Elaboração própria | Dados: Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas 2018 – 2021

²⁴C4ISR – Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance, isto é, Comando, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

ANEXO 2 - Objetivos estratégicos resultantes da análise SWOT

	<i>Strengths</i>	<i>Weaknesses</i>
<i>Opportunities</i>	1. Incrementar o contributo das FAA para a ação externa 2. Reforçar o reconhecimento e as capacidades do IUM 3. Potenciar a Academia de Comunicações e Informações da OTAN	4. Reestruturar os órgãos do EMGFA 5. Melhorar o sistema de saúde do HFAR
<i>Threats</i>	6. Aprofundar a cooperação nacional com o SSI ²⁵ e o SIRP ²⁶ 7. Otimizar o apoio das FAA a emergências civis	8. Fortalecer as capacidades operacionais e o recrutamento 9. Dinamizar a capacidade de ciberdefesa nacional

Elaboração própria | Dados: Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas 2018 – 2021

ANEXO 3 - Inquérito por Questionário à população

1. DADOS PESSOAIS

1.1. Género	1.2. Faixa Etária	1.3. Habilitações Literárias
▪ Masculino	▪ 18 aos 24	▪ 1.º Ciclo do Ensino Básico
▪ Feminino	▪ 25 aos 34	▪ 2.º Ciclo do Ensino Básico
	▪ 35 aos 44	▪ 3.º Ciclo do Ensino Básico
	▪ 45 aos 54	▪ Ensino Secundário
	▪ 55 aos 65	▪ Ensino Superior Universitário (Licenciatura)
	▪ + de 65	▪ Ensino Superior Politécnico
		▪ Mestrado
		▪ Doutoramento

2. AS AÇÕES ORÇAMENTAIS DOS DECISORES POLÍTICOS E A VISÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Respostas da 2.1. à 2.8. com a seguinte tabela:

Sempre	Quase sempre	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca
--------	--------------	---------------	--------------	-------

²⁵Sistema de Segurança Interna.

²⁶Sistema de Informações da República Portuguesa.

- 2.1. Na sua opinião, acredita que a Opinião Pública tem um papel fundamental nas ações dos Decisores Políticos?
- 2.2. Acredita que os Decisores Políticos influenciam a Opinião Pública, pois esta tem um peso notório nas suas ações?
- 2.3. O Orçamento de Estado é uma das ações dos Decisores Políticos que apresenta um maior grau de aproximação com a Opinião Pública, pois tem impacto no quotidiano das famílias e das empresas?
- 2.4. Os Decisores Políticos têm poder para influenciar a Opinião Pública ao escolher a informação que pretendem transmitir?
- 2.5. Os Decisores Políticos são transparentes na transmissão das suas ações, para que a formação da Opinião Pública seja feita com liberdade?
- 2.6. A Comunicação Social é um meio fidedigno de transmissão das ações dos Decisores Políticos e nunca deturpa a informação que chega à Opinião Pública?
- 2.7. As ações dos Decisores Políticos que demonstram preocupação na defesa dos direitos dos cidadãos, geram uma Opinião Pública positiva e uma maior confiança sobre as suas ações futuras?
- 2.8. A forma como a Opinião Pública perceciona as ações dos Decisores Políticos, tendo em conta as suas características, valores e experiências de vida, pode influenciar a formação das suas opiniões?

3. *RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO NA MENTE DOS CIDADÃOS*

Questão 3.2.

- Utilize uma escala de 0 a 7, sendo: 0-nada importante a 7-excessivamente importante

- 3.1. Na sua opinião e enquanto cidadão, os programas do Orçamento de Estado têm todos o mesmo nível de importância?

Sim	Não	Talvez	Não tem opinião
-----	-----	--------	-----------------

- 3.2. Qual considera ser a importância dos diferentes programas do Orçamento de Estado?

	0	1	2	3	4	5	6	7
Defesa								
Saúde								
Educação								
Economia								
Infraestruturas								

- 3.3. A frequência com que cada programa do Orçamento de Estado é abordado na Comunicação Social, pelos Decisores Políticos, pode influenciar a sua importância?

Sim	Não	Talvez	Não tem opinião
-----	-----	--------	-----------------

- 3.4. Tendo em conta a sua opinião sobre o programa da Defesa no Orçamento de Estado, acredita que este está destinado, exclusivamente, a um grupo restrito de destinatários (militares) e não ao bem-estar social?

Sim	Não	Talvez	Não tem opinião
-----	-----	--------	-----------------

- 3.5. Se os Decisores Políticos garantissem que o programa da Defesa era uma solução para a estabilidade política e económica, a perceção da Opinião Pública sobre a existência das Forças Armadas seria positiva?

Sim	Não	Talvez	Não tem opinião
-----	-----	--------	-----------------

4. O CONHECIMENTO DOS CIDADÃOS SOBRE A ESTRATÉGIA DA DEFESA E A SUA OPINIÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS

Questão 4.5.

- Pessoal (salários e outro tipo de remunerações)
- Operação (instrução e condições facultadas aos militares)
- Investimento (equipamentos)

Questão 4.7.

- Utilize uma escala de 0 a 7, sendo: 0-nada preocupante a 7-excessivamente preocupante

- 4.1. Existe uma transmissão clara, por parte dos Decisores Políticos, da estratégia no Orçamento da Defesa?

Sim	Não	Talvez	Não tem opinião
-----	-----	--------	-----------------

- 4.2. Acredita que a Comunicação Social pode influenciar a forma como as ações dos Decisores Políticos são percecionadas pela Opinião Pública relativamente ao Orçamento da Defesa?

Sim	Não	Talvez	Não tem opinião
-----	-----	--------	-----------------

- 4.3. Quando a Comunicação Social transmite assuntos relacionados com a estratégia das Forças Armadas, com que interesse segue essas notícias?

Muito interesse	Algum interesse	Pouco interesse	Nenhum interesse
-----------------	-----------------	-----------------	------------------

4.4. Qual a sua opinião sobre o Orçamento da Defesa?

Excessivo	Adequado	Insuficiente	Não tem opinião
-----------	----------	--------------	-----------------

4.5. Qual acredita ser a rubrica do Orçamento da Defesa com maior execução de despesa?

Pessoal	Operação	Investimento	Não tem opinião
---------	----------	--------------	-----------------

4.6. Os Decisores Políticos que visam uma reestruturação da Defesa com o objetivo de reduzir o seu Orçamento e tornar as Forças Armadas mais eficientes, obtêm uma Opinião Pública positiva relativamente às Forças Armadas?

Sim	Não	Talvez	Não tem opinião
-----	-----	--------	-----------------

4.7. Tendo em conta o contexto atual, qual o seu grau de preocupação perante os seguintes problemas?

	0	1	2	3	4	5	6	7
Grave crise económica mundial								
Terrorismo								
Catástrofe natural								
Epidemias								
Produção de armas de destruição em massa								
Guerras entre Estados								

4.8. Tendo em conta o contexto atual, qual a sua opinião sobre a existência das Forças Armadas?

Concordo	Não concordo	Não tem opinião
----------	--------------	-----------------

4.9. Sabendo que as Forças Armadas são um elemento essencial para a soberania da Nação e são indispensáveis à realização das ações dos Decisores Políticos, qual a sua opinião sobre a existência das mesmas, tendo presente o contexto atual?

Concordo	Não concordo	Não tem opinião
----------	--------------	-----------------

ANEXO 4 - Guião da Entrevista Exploratória aos Decisores Políticos

AS AÇÕES ORÇAMENTAIS DOS DECISORES POLÍTICOS E A VISÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

1.1. Na sua opinião, a Opinião Pública assume um papel fundamental nas ações dos Decisores Políticos, podendo até mesmo ser refletida na fase de planeamento do Orçamento de Estado?

- 1.2. Os Decisores Políticos têm um peso notório na formação da Opinião Pública ao selecionarem, cuidadosamente, a informação a transmitir de forma a conduzir a Opinião Pública numa determinada direção?
- 1.3. A Comunicação Social auxilia os Decisores Políticos na transmissão das suas ações ou pode gerar uma Opinião Pública diferente daquela que é pretendida?
- 1.4. As ações dos Decisores Políticos que, na mente dos cidadãos, demonstram preocupação com o seu bem-estar social geram uma maior confiança e, consequentemente, uma Opinião Pública positiva sobre ações futuras que estes venham a realizar?
- 1.5. A composição da Opinião Pública pode influenciar a opinião dos cidadãos sobre as ações dos Decisores Políticos e o entendimento da informação transmitida pela Comunicação Social?

RELAÇÃO DOS PROGRAMAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO NA MENTE DOS CIDADÃOS

- 2.1. Acredita que a limitação do público relativamente ao entendimento do mundo político pode gerar preferência por determinados programas do Orçamento de Estado em detrimento de outros?
- 2.2. A constante alteração das informações transmitidas pela Comunicação Social, que resulta da mudança dos cenários pelos Decisores Políticos, pode gerar preferência por determinados programas do Orçamento de Estado em detrimento de outros?
- 2.3. O facto do programa da Defesa ser percecionado, pelo público, como uma despesa destinada, exclusivamente, a um grupo restrito de destinatários (militares) pode criar, na mente dos cidadãos, a ideia de que esta não é uma despesa em bem-estar social?
- 2.4. Se os Decisores Políticos garantissem que o programa da Defesa é fundamental para as funções de soberania do Estado, que conduzem à estabilidade política e económica, a perceção da Opinião Pública sobre a existência das Forças Armadas seria positiva?

O CONHECIMENTO DOS CIDADÃOS SOBRE A ESTRATÉGIA DA DEFESA E A SUA OPINIÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DAS FORÇAS ARMADAS

- 3.1. O desconhecimento sobre as estratégias dos Decisores Políticos, na esfera da Defesa, está relacionado com a falta de interesse do público ou com as informações que são disponibilizadas pelos Decisores Políticos?

- 3.2. Os Decisores Políticos que visam uma reestruturação na Defesa com o objetivo de diminuir o seu Orçamento e tornar as Forças Armadas mais eficientes, faz com que a Opinião Pública seja positiva relativamente à existência das Forças Armadas?
- 3.3. Não existindo, atualmente, problemas que possam afetar a segurança do país, existirá uma tendência para formar uma Opinião Pública negativa sobre a existência das Forças Armadas?
- 3.4. Tendo em consideração o contexto atual e garantindo que as Forças Armadas são um elemento essencial à realização das ações dos Decisores Políticos, a Opinião Pública sobre a sua existência seria positiva?

ANEXO 5 - Codificação dos Entrevistados

Entrevistados	
▪ Presidente da Câmara Municipal de Pombal	▪ Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas
▪ Presidente do CFP	▪ Membro do PSD que assumiu funções no Ministério das Finanças, na Direção-Geral do Orçamento (DGO) e na UTAO
▪ Diretor de Finanças do EMGFA	▪ Diretor de Finanças da Armada
▪ Diretor de Finanças do Exército	▪ Diretor de Finanças da Força Aérea
Todos os entrevistados serão codificados com o alfabeto fonético, nomeadamente: Alpha, Bravo, Charlie, Delta, Echo, Foxtrot, Golf e Hotel.	

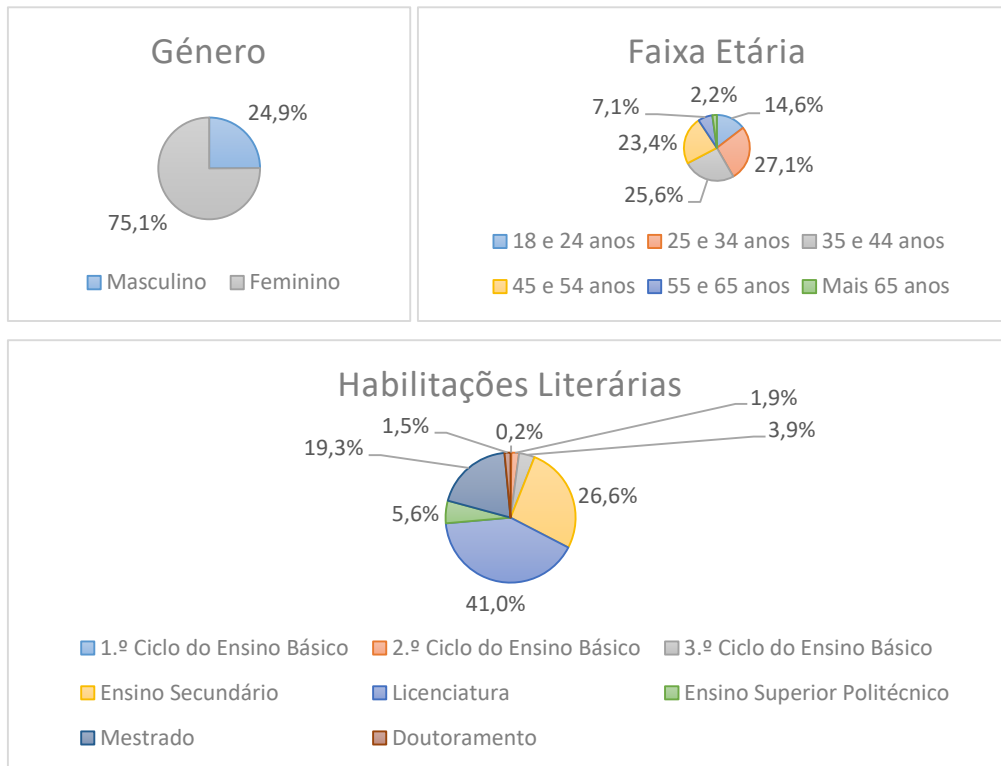
Elaboração própria

ANEXO 6 - Teste de Consistência Interna ao Inquérito por Questionário

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância contabilizada para	
		Total (autovalor)	% de variância
1	,799	4,446	13,077
2	,666	2,824	8,307
Total	,889^a	7,271	21,385
a. Alfa de Cronbach Total tem como base o autovalor total.			

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 7 - Análise Estatística aos dados pessoais dos inquiridos no Inquérito por Questionário



Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 8 - Análise Estatística ao grupo 2 do Inquérito por Questionário

IQ	Resposta (%)	Sempre	Quase sempre	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca
2.1.		6,6%	16,8%	40%	31,5%	5,1%
2.2.		13,4%	40%	37,8%	8,1%	0,7%
2.3.		14,9%	34,6%	30,5%	18,1%	1,9%
2.4.		31,2%	48%	19,8%	1%	
2.5.		0,7%	3,4%	21,5%	58,8%	15,6%
2.6.		1,2%	9,1%	42,2%	40,7%	6,8%
2.7.		4,9%	37,6%	40,9%	14,9%	1,7%
2.8.		13,4%	40,7%	37,9%	6,8%	1,2%

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 9 - Análise Estatística ao grupo 3 do Inquérito por Questionário

IQ	Resposta (%)	Sim	Não	Talvez	Não tem opinião	
	3.1.	22,40%	61,50%	10,20%	5,90%	
IQ	Resposta (média)	Defesa	Saúde	Educação	Economia	Infraestruturas
	3.2.	4,73	6,28	6,22	5,9	5,1
IQ	Resposta (%)	Sim	Não	Talvez	Não tem opinião	
	3.3.	66,30%	10,50%	21,20%	2%	
	3.4.	27,10%	45,90%	18,50%	8,50%	
	3.5.	46,80%	8,30%	41,70%	3,20%	

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 10 - Análise Estatística ao grupo 4 do Inquérito por Questionário

IQ	Resposta (%)	Sim	Não	Talvez	Não tem opinião		
4.1.		4,1%	78,3%	12%	5,6%		
4.2.		75,6%	6,3%	16,6%	1,5%		
IQ	Resposta (%)	Muito interessante	Algum interesse	Pouco interesse	Nenhum interesse		
4.3.		15,6%	47,8%	29%	7,6%		
IQ	Resposta (%)	Excessivo	Adequado	Insuficiente	Não tem opinião		
4.4.		8,5%	14,9%	32,7%	43,9%		
IQ	Resposta (%)	Pessoal	Operação	Investimento	Não tem opinião		
4.5.		36,6%	13,2%	13,4%	36,8%		
IQ	Resposta (%)	Sim	Não	Talvez	Não tem opinião		
4.6.		31,7%	16,1%	33,4%	18,8%		
IQ	Resposta (média)	Grave crise económica mundial	Terrorismo	Catástrofe natural	Epidemias	Produção de armas de destruição em massa	Guerras entre Estados
4.7.		5,78	5,58	5,61	4,96	5,31	5,33
IQ	Resposta (%)	Concordo	Não concordo	Não tem opinião			
4.8.		85,6%	5,9%	8,5%			
4.9.		81,7%	6,1%	12,2%			

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 11 - Análise Estatística à Questão 3.2. do Inquérito por Questionário

<i>Questão 3.2.</i>		Defesa	Saúde	Educação	Economia	Infraestruturas
N	Válido	410	410	410	410	410
Média		4,73	6,28	6,22	5,90	5,10
Mediana		5,00	7,00	7,00	6,00	5,00
Moda		5	7	7	7	5
Mínimo		0	0	0	2	0
Máximo		7	7	7	7	7

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 12 - Análise Fatorial à Questão 3.2. do Inquérito por Questionário

Análise por Fatores: Método de Extração: análise de Componente Principal

<i>Questão 3.2.</i>	Inicial	Extração
Importância do programa da Defesa	1,000	,342
Importância do programa da Saúde	1,000	,714
Importância do programa da Educação	1,000	,730
Importância do programa da Economia	1,000	,497
Importância do programa das Infraestruturas	1,000	,538

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 13 - Análise Inferencial (Testes de Qui-Quadrado)

Questões	Qui-Quadrado de <i>Pearson</i>	Significância Assintótica (Bilateral)
Número de casos válidos: 410		
IQ 2.1. e IQ 2.3.		0,001
IQ 2.2. e IQ 2.7.		0,111
IQ 4.3. e IQ 4.4.		0,000
IQ 2.2. e IQ 3.5.		0,012
IQ 3.4. e IQ 4.8.		0,025
IQ 2.6. e IQ 4.2.		0,506

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 14 - Análise Inferencial (Teste de Kolmogorov-Smirnov)

Testes de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Importância do programa da Defesa	,141	410	,000	,927	410	,000
a. Correlação de Significância de <i>Lilliefors</i>						

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 15 - Análise Inferencial (Teste de Mann-Whitney)

	Importância do programa da Defesa
U de Mann-Whitney	13647,500
Wilcoxon W	18900,500
Z	-2,024
Significância Sig. (bilateral)	,043

Variável de Agrupamento: Gênero

Elaboração própria | Dados: SPSS

ANEXO 16 - Análise Inferencial (Testes de Kruskal-Wallis)

	Importância do programa da Defesa
H de Kruskal-Wallis	1,692
gl	5
Significância Sig.	,890

Variável de Agrupamento: Faixa Etária

Elaboração própria | Dados: SPSS

	Importância do programa da Defesa
H de Kruskal-Wallis	19,297
gl	7
Significância Sig.	,007

Variável de Agrupamento: Habilitações Literárias

Elaboração própria | Dados: SPSS